

## **ACADEMIA MILITAR**

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria**

### **Apoio Aéreo nas Operações de Contrassubversão**

**Autor: Aspirante de Infantaria Dzmitry Reuniutsau**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel do Vale Cruz**

**Coorientador: Major Técnico de Operações de Detecção, Conduta e Interceção Pedro Miguel Santos de Sousa**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, junho de 2016**



## **ACADEMIA MILITAR**

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria**

### **Apoio Aéreo nas Operações de Contrassubversão**

**Autor: Aspirante de Infantaria Dzmitry Reuniutsau**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel do Vale Cruz**

**Coorientador: Major Técnico de Operações de Detecção, Conduta e Interceção Pedro Miguel Santos de Sousa**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, junho de 2016**

## EPÍGRAFE

*“O avião é tão somente uma máquina, mas também um invento maravilhoso e um magnífico instrumento de análise: revela-nos a verdadeira face da Terra.”*

**Antoine de Saint-Exupéry**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família, que me tem apoiado ao longo destes anos todos.  
À minha namorada Cynthia, que mesmo nos momentos difíceis sempre esteve presente.  
A todos os meus amigos e camaradas que nunca me abandonaram.

## AGRADECIMENTOS

A investigação exige um elevado grau de concentração e do esforço, não só por parte do investigador, mas também por parte dos que o rodeiam, orientam e convivem com ele diariamente. Estas breves palavras serão dedicadas a todos os que me apoiaram na realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu diretor de curso Sr. Tenente-Coronel Oliveira, que estava sempre disponível para ajudar e demonstrou constante preocupação com o curso.

Na elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada existem duas pessoas sem ajuda das quais nada seria possível, o Orientador e Coorientador. Por isso, gostaria de agradecer ao meu Orientador Sr. Tenente-Coronel Cruz e ao meu Coorientador Sr. Major Sousa pela disponibilidade e apoio ao longo deste percurso, e pela orientação que me foi dada.

Gostaria de agradecer a todos os militares que se disponibilizaram para serem entrevistados, ajudando-me assim no meu trabalho de campo. Sr. Tenente-Coronel Cancelinha, Sr. Major Mariano, Sr. Capitão Halot, um muito obrigado.

Por último gostaria de agradecer aos mais próximos, família, namorada, amigos, camaradas. Vocês conviviam comigo durante este tempo todo, ajudavam-me nos momentos mais difíceis e sempre se preocuparam comigo. Sem vocês não seria a pessoa que sou.

A todos que me apoiaram nesta fase importante da minha vida,

Um eterno Obrigado!

Dzmitry Reuniutsau

## RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada está subordinado ao tema “Apoio Aéreo nas Operações de Contrassubversão”.

O desenvolvimento tecnológico alterou o paradigma da guerra, passando de guerra clássica ou convencional para guerra irregular. Os beligerantes dos conflitos deixaram de ser exércitos convencionais e passaram a ser milícias, grupos criminosos e organizações terroristas. O foco de atuação é redirecionado para a população em vez de componente militar do Estado opositor.

Os elementos das forças irregulares provocam elevadas baixas nas tropas terrestres. Para reduzir esse número de baixas, existe uma ferramenta eficaz ao dispor das forças terrestres, apoio aéreo.

O Teatro de Operações do Afeganistão envolveu vários Países na luta contra a insurgência, implicando uso de diferentes meios e táticas para combater a ameaça. Com esta investigação, pretende-se enunciar o papel do apoio aéreo nas operações de contrainsurgência no Afeganistão.

A presente investigação é baseada no método de abordagem do problema indutivo, tendo como estudo de caso o Teatro de Operações do Afeganistão.

Com esta investigação conclui-se, que o apoio aéreo desempenha papel fundamental no apoio à manobra terrestre. É uma ferramenta versátil e tem um tempo de resposta reduzido. Pode ser utilizado nas operações ofensivas e para garantir proteção da força nos deslocamentos. Por fim, o apoio aéreo é um elemento relevante nas operações psicológicas, uma vez que, basta a sua presença para intimidar o inimigo.

**Palavras-chave:** Apoio Aéreo, Contrassubversão, Contrainsurgência, Afeganistão

## **ABSTRACT**

This final work is entitled "Air Support in Counter-Subversion Operations".

Technological development has changed the paradigm of war, from classical or conventional warfare to irregular warfare. Conventional armies are no longer belligerents of the conflicts, it became militias, criminal groups and terrorist organizations. The focus is redirected to population rather than military component of the opposing state.

Elements of irregular forces cause high casualties in ground troops. To reduce the number of casualties, there is an effective tool available to the ground forces, air support.

The Theater of Operations Afghanistan, involved several countries in the fight against insurgency, involving the use of different means and tactics to combat the threat. With this research, aims to spell out the role of air support in counterinsurgency operations in Afghanistan.

This research is based on inductive method, with the case study Theatre of Operations Afghanistan.

With this research we conclude that air support plays a key role in supporting ground maneuver. It is a versatile tool and has a reduced response time. It can be used in offensive operations and to ensure force protection. Finally, air support is an important element in psychological operations, since, just his presence could intimidate the enemy.

**Key Words:** Air Support, Counter-Subversion, Counterinsurgency, Afghanistan

# ÍNDICE GERAL

<b>EPÍGRAFE</b> .....	<b>i</b>
<b>DEDICATÓRIA</b> .....	<b>ii</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>iii</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>iv</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>v</b>
<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	<b>vi</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>viii</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	<b>ix</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS</b> .....	<b>x</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS</b> .....	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>4</b>
1.1 Guerra Subversiva.....	4
1.2 Contrassubversão .....	6
1.3 Contrainsurgência .....	9
1.4 Poder Aéreo .....	12
1.4.1 Princípios fundamentais do poder aéreo .....	14
1.4.2 Limitações do uso do poder aéreo .....	15
<b>CAPÍTULO 2 METODOLOGIA</b> .....	<b>18</b>
2.1 Pergunta de Partida .....	18
2.2 Perguntas Derivadas.....	19
2.3 Hipóteses de Investigação.....	19
<b>CAPÍTULO 3 MÉTODOS E MATERIAIS</b> .....	<b>20</b>
3.1 Contexto de observação .....	20



3.2 Métodos e técnicas de recolha de dados .....	20
3.3 Caracterização da amostra e técnica de tratamento de dados .....	21
<b>CAPÍTULO 4 ESTUDO DE CASO: APOIO AÉREO NO TO DO AFEGANISTÃO.</b> .....	<b>22</b>
4.1 Caracterização do TO Afeganistão .....	22
4.2 Tipologia de operações aéreas .....	24
4.2.1 Counter Air .....	25
4.2.2 Air-to-Surface .....	28
4.2.3 Support Operations .....	30
4.3 As operações aéreas no Afeganistão .....	34
<b>CAPÍTULO 5 RESULTADOS .....</b>	<b>37</b>
5.1 Generalidades.....	37
5.2 Resultados dos inquéritos por entrevista.....	37
<b>CAPÍTULO 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>46</b>
6.1 Generalidades.....	46
6.2 Comparação de resultados obtidos.....	46
6.3 Análise SWOT .....	47
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>I</b>
APÊNDICE A – Guião da Entrevista a Oficiais do Exército Português .....	II
APÊNDICE B – Entrevista do Tenente-Coronel Cancelinha.....	V
APÊNDICE C – Entrevista do Capitão Halot.....	VIII
APÊNDICE D – Entrevista do Major Mariano .....	X
<b>ANEXOS .....</b>	<b>XII</b>
ANEXO A – Aeronaves utilizadas nas operações aéreas no TO Afeganistão .....	XIII

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 - Foco de Atuação da Força.....	11
Figura nº 2 - Principais regiões de cultivo de ópio .....	23
Figura nº 3 - Etapas de expansão da ISAF.....	24
Figura nº4 - B-1-B .....	XIII
Figura nº 5 - B 52.....	XIII
Figura nº 6 - F-14.....	XIV
Figura nº 7 – F-18 .....	XIV
Figura nº 8 - B-2 .....	XV
Figura nº 9- AC-130.....	XV

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Respostas à questão nº1 .....	37
Quadro 2 - Respostas à questão nº 2 .....	38
Quadro 3 - Respostas à questão nº 3 .....	39
Quadro 4 - Respostas à questão nº 4 .....	40
Quadro 5 - Respostas à questão nº 5 .....	41
Quadro 6 - Respostas à questão nº 6 .....	42
Quadro 7 - Respostas à questão nº 7 .....	43
Quadro 8 - Respostas à questão nº 8 .....	44
Quadro 9 - Respostas à questão nº 9 .....	44
Quadro 10 - Cruzamento de dados.....	46
Quadro 11 - Análise SWOT.....	48

## **LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS**

APÊNDICE A – Guião da Entrevista a Oficiais do Exército Português .....	II
APÊNDICE B – Entrevista ao Tenente-Coronel Cancelinha .....	V
APÊNDICE C – Entrevista do Capitão Halot.....	VIII
APÊNDICE D – Entrevista do Major Mariano .....	X
ANEXO A – Aeronaves utilizadas nas operações aéreas no TO Afeganistão .....	XIII

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AAR** – *Air-to-Air Refueling*
- AI** – *Air Interdiction*
- AIRMEDEVAC** – *Aeromedical Evacuation*
- ALO** – *Air Logistic Operations*
- AM** – *Academia Militar*
- ANA** – *Afghan National Army*
- ANP** – *Afghan National Police*
- AO** – *Airborne Operations*
- ARM** – *Anti Radiation Missile*
- ASACS** – *Airspace Surveillance And Control System*
- CAS** – *Close Air Support*
- COIN** – *Counterinsurgency*
- CSAR** – *Combat Search and Rescue*
- CSNU** – *Conselho de Segurança das Nações Unidas*
- EW** – *Electronic Warfare*
- FAC** – *Forward Air Controller*
- FOB** – *Forward Operating Base*
- IED** – *Improvised Explosive Device*
- ISAF** – *International Security Assistance Force*
- ISR** – *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*
- JFC** – *Joint Force Commander*
- JTAC** – *Joint Tactical Air Controller*
- MEDEVAC** – *Medical Evacuation*
- NATO** – *North Atlantic Treaty Organization*
- PDE** – *Publicação Doutrinária do Exército*
- PRC** – *Potencial Relativo de Combate*
- SAR** – *Search and Rescue*
- TACP** – *Tactical Air Control Party*
- TIA** – *Trabalho de Investigação Aplicada*
- TO** – *Teatro de Operações*
- UAV** – *Unmanned aerial vehicle*

## INTRODUÇÃO

No âmbito de Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar (AM), foi elaborado o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema: “*Apoio Aéreo nas Operações de Contrassubversão*”.

Devido à evolução das guerras, o conceito contrassubversão, hoje em dia, é cada vez menos utilizado, deixando protagonismo para o conceito contrainsurgência, que se assemelha bastante ao primeiro. Os insurgentes atuam utilizando técnicas de combate não convencionais, por norma, dentro das áreas urbanas e não procuram confronto direto com forças internacionais empenhadas nos conflitos, mas sim procuram infligir o máximo número de baixas num curto período de tempo e retirar, confundindo-se com a população local.

Posto isto, torna-se extremamente complicado garantir segurança das nossas forças e em caso de necessidade ter uma força capaz de reagir rapidamente, para apoiar a força em contacto.

Com o presente TIA, pretende-se enunciar o papel do apoio aéreo nas operações de contrainsurgência no Teatro de Operações (TO) de Afeganistão, uma vez que, o apoio aéreo é uma ferramenta eficaz, que pode ser empenhada para garantir segurança e apoiar as forças em contacto. Apoio aéreo não serve só para infligir danos ao inimigo, mas também pode ser utilizado para recolha de informações. Estas por sua vez analisadas e integradas no ciclo de produção de informações, auxiliam os comandantes na tomada das decisões. Outro aspeto importante é a guerra psicológica, que garante ao detentor do apoio aéreo um determinado grau de conforto, sabendo que está protegido. Por outro lado, apoio aéreo causa efeito negativo na força opositora, impondo um determinado grau de receio no inimigo, uma vez que este pode sofrer baixas sem visualizar de onde vem a ameaça, devido à altitude de voo das aeronaves e possibilidade de emprego de *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV).

Para atingir o objetivo geral da investigação, foram definidos três objetivos específicos, que nos irão guiar ao longo deste TIA. O primeiro objetivo específico visa descrever as missões que podem ser desempenhadas pelo apoio aéreo. Sendo assim, irá ser apresentada toda a panóplia de ferramentas, que pode ser empregue em caso de necessidade em apoio à manobra terrestre.

O segundo objetivo específico visa identificar as missões de apoio aéreo que foram empenhadas no TO do Afeganistão. Analisando o TO, iremos identificar as missões de apoio aéreo que foram realmente utilizadas em apoio da força terrestre, tanto em combate, como nos deslocamentos da força.

O terceiro e último objetivo específico visa verificar a diferença existente nos procedimentos de pedido de apoio aéreo nos diferentes contingentes. Com isto, pretende-se analisar a existência ou não, das diferentes doutrinas de pedido do apoio aéreo nas forças da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO).

Todas as perguntas da investigação, são as premissas que servem de base para os resultados de investigação. Estas questões são enunciadas no presente e escritas de uma forma clara, contendo uma ou duas variáveis, bem como a população que irá ser estudada. A forma com que são colocadas as perguntas, determina os métodos que servirão para obtenção de resposta (Fortin, 1999). Para realização do presente TIA, serviu de base a seguinte pergunta de partida:

***“Qual é a importância do apoio aéreo nas operações de contrainsurgência no Afeganistão?”***

Esta pergunta de partida irá nos guiar ao longo do TIA, delimitando a envergadura da investigação, tanto no tempo, como no espaço.

O trabalho foi estruturado em seis capítulos, sendo estes divididos em subcapítulos: No primeiro capítulo, denominado por “Enquadramento Teórico”, será apresentado um estudo da bibliografia, sobre guerra subversiva e contrassubversão. Seguidamente é apresentada a evolução do conceito de contrassubversão, que hoje em dia pode ser relacionado com contrainsurgência<sup>1</sup>. Posteriormente é abordado o conceito de Poder Aéreo, apresentando definição do mesmo, bem como os principais fundamentos e limitações do uso do mesmo.

No segundo capítulo, denominado por “Metodologia”, irá ser apresentada a metodologia utilizada, bem como a pergunta de partida e as perguntas derivadas, que nos irão guiar ao longo da investigação, a fim de concretizar os objetivos propostos.

No terceiro capítulo, denominado por “Métodos e Materiais”, serão apresentados o contexto sumário de observação e métodos e técnicas de recolha de dados, que foram utilizados para obter a informação necessária para poder responder às perguntas de investigação.

---

<sup>1</sup> *Counterinsurgency*.

No quarto capítulo, denominado por “Estudo de Caso: Apoio Aéreo no TO do Afeganistão”, será caracterizado e enquadrado no estudo o TO do Afeganistão, posteriormente será apresentada doutrina NATO, que caracteriza as tipologias de operações de apoio aéreo.

No quinto capítulo, denominado por “Resultados”, serão apresentados os resultados obtidos ao longo da investigação em forma de quadros.

No sexto capítulo, intitulado de “Análise e Discussão dos Resultados”, serão analisados e discutidos os dados obtidos ao longo da investigação, para que o leitor possa reconstruir o caminho da investigação.

Por fim, serão apresentadas respostas para as perguntas de investigação e as conclusões retiradas, bem como limitações que surgiram na realização do presente TIA e recomendações para investigações futuras.



# CAPÍTULO 1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

## 1.1 Guerra Subversiva

Com o aparecimento dos conflitos armados também surgiram conflitos subversivos, uma vez que, “os conflitos subversivos são de todos os tempos; tão velhos como a própria guerra” (Estado-Maior do Exército , 1963, p. IX). Sendo assim, as forças armadas tiveram de atuar tanto contra as forças armadas opositoras, como também contra a população civil que os apoiava. Estas ações conduzidas pela população civil muitas vezes eram ignoradas e não obtiveram atenção necessária, ou porque estes “movimentos de revolta foram esporádicos, isolados, levados a efeito por núcleos pequenos e não obedeciam a quaisquer regras previamente estudadas” (Estado-Maior do Exército , 1963, p. IX), ou porque muitas vezes foi possível, usando força bruta, interromper tais ações e impor a sua vontade ao povo.

Tudo mudou com a chegada da Primeira Guerra Mundial<sup>2</sup> e principalmente com a Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup>, que provocou um aumento dos movimentos de revolta drasticamente, obrigando assim os participantes a esgotar os recursos humanos para controlar a população civil, deixando muitas vezes a frente de combate enfraquecida. Muitas vezes essas operações não obtiveram sucesso, deixando assim os estados-maiores<sup>4</sup> dos países em questão a empenhar grandes recursos na criação de uma doutrina eficaz no combate não convencional. (Estado-Maior do Exército , 1963)

Do ponto de vista de estratégia pode-se distinguir dois tipos de ações, direta e indireta. Direta, cujo método de atuar privilegia a força militar, ou seja, forças convencionais. Por sua vez, ação indireta baseia-se na atuação de outro tipo de forças, onde a força militar é apenas uma das componentes da estratégia total (Leandro, 1995). Sendo assim, podemos inserir guerra subversiva dentro do espectro da ação indireta.

Guerras convencionais são caracterizadas pelo elevado número de baixas, uma vez que, o esforço da unidade política é concentrado no mecanismo militar, por sua vez na guerra

---

<sup>2</sup> A primeira Guerra Mundial ocorreu entre 1914 e 1918, levando a vida mais de nove milhões de soldados e cinco milhões de civis em consequência da ocupação, de bombardeamentos, fome e doenças. Sete mil portugueses morreram ao longo da guerra, participando o corpo expedicionário português na decisiva batalha de La Lys. (Gilbert, 2007)

<sup>3</sup> A segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939 e 1945, envolvendo um número próximo de 100 milhões de militares mobilizados. Vários Estados dedicaram toda a sua capacidade económica, industrial e científica em proveito da guerra.

<sup>4</sup> “Corpo de oficiais auxiliares diretos dos comandantes nos estudos da situação, planeamentos e tomadas de decisão” (Dicionários Editora, 2011, p. 666).

subversiva não se procura obter resultados baseando-se meramente no poder militar, este número de baixas é bastante mais reduzido. Sendo assim, torna-se importante definir o que compreendemos por guerra subversiva.

Focando a nossa atenção nos manuais da guerra subversiva, podemos definir a guerra subversiva como “uma luta conduzida no interior de um território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (Estado-Maior do Exército, 1963). Verifica-se que guerra subversiva é “uma expressão violenta do fenómeno subversivo” (Exército Português, 2012, p. 2 - 9). Outra definição mais recente da guerra subversiva pode ser encontrada na PDE 3-00, definindo este fenómeno como “Ação levada a cabo com o objetivo de derrubar pela força um governo ou poder instituído. A motivação é política e resulta em violência não limitada a um território ou país, podendo terminar na eclosão de um conflito militar clássico. A subversão pode resultar do final de uma guerra ou do recrudescimento de uma paz instável” (Exército Português, 2012, p. B - 13).

Analisando as definições da guerra subversiva podemos descrever este fenómeno como uma guerra interna, ou seja, conduzida no interior de um Estado, que utiliza meios militares não institucionalizados. Embora, aparentemente é um conflito, que envolve apenas um Estado, mas várias vezes, este conflito é apoiado e impulsionado do exterior e pode abranger mais do que um País (Exército Português, 1987).

Verifica-se então, que é uma luta conduzida pela população e não por parte das forças armadas de um outro Estado, que pretendem invadir um determinado território ou parte dele. Esta luta é ajudada e reforçada ou não, do exterior, por um outro ou vários países, contra as autoridades de direito ou de facto, eleitas ou impostas, para paralisar a sua ação ou derrubar o governo existente, a fim de alterar a situação existente (Estado-Maior do Exército, 1963, p. 1).

Guerra subversiva enumeras vezes é confundida com outras tipologias de ações por vezes bastante semelhantes, tais como: guerra psicológica<sup>5</sup>, guerra de guerrilhas<sup>6</sup>, guerra

---

<sup>5</sup> “É uma luta levada a efeito por um conjunto de meios e processos que tem por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e forças armadas – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento” (Estado-Maior do Exército, 1963, p. 3).

<sup>6</sup> “É uma guerra levada a efeito por forças de organização e características especiais, muito ligeiras, dispersas e clandestinas, contra as forças que controlam um dado território” (Estado-Maior do Exército, 1963, p. 3).

ideológica<sup>7</sup>, guerra fria<sup>8</sup>, guerra insurrecional<sup>9</sup>, guerra civil<sup>10</sup> e guerra revolucionária<sup>11</sup> (Estado-Maior do Exército , 1963).

Segundo o guia “O Exército na guerra subversiva”, uma ação subversiva normalmente desenrola-se em cinco fases sucessivas, que iniciam com uma simples perturbação e culmina com violência e confrontos armados abertos. Sendo assim, a primeira fase da ação subversiva é fase preparatória, que geralmente prepara a subversão propriamente dita. Esta ação não pode manifestar-se antes do tempo, uma vez que no início a organização subversiva é frágil e composta por um reduzido número de elementos, que serão posteriormente infiltrados na sociedade. A segunda fase é a fase de agitação, onde se realiza uma propaganda intensiva conduzida em diversos campos e utilizando diversos meios. Nesta fase os elementos subversivos ainda se mantêm invisíveis, mas as suas ações manifestam-se na sociedade. Na terceira fase verifica-se a intensificação das ações violentas, ou seja, é a fase de terrorismo e da guerrilha. A quarta fase é caracterizada pela criação de forças regulares controladas por elementos da subversão e pelo aparecimento do Estado subversivo. A fase final da subversão ocorre no final da guerra, onde as forças subversivas procuram conseguir o controlo da totalidade de território e adesão de toda a população, obrigando assim o governo legítimo capitular (Estado-Maior do Exército , 1963).

Em suma, guerra subversiva é um processo moroso, que envolve uma quantidade significativa de recursos materiais e humanos, uma estreita coordenação entre os elementos subversivos e o segredo na fase inicial. É uma ação baseada na propaganda e operações psicológicas, a fim de atingir a população civil de um determinado território ou Estado.

## 1.2 Contrassubversão

Atualmente o paradigma de segurança de Estados sofreu uma profunda alteração, passando do modelo *Clausewitziano* de conflitos que obedecem a uma matriz trinitária dividindo-se em Estado, Forças Armadas e População, para um novo modelo que envolve

---

<sup>7</sup> É uma guerra onde “os dois adversários lutam por duas ideologias opostas ou, um deles, pelo menos, lutar por uma ideologia” (Estado-Maior do Exército , 1963, p. 3).

<sup>8</sup> “Refere-se ao período da luta entre dois países ou conjunto de países, durante o qual não há operações militares, mas, unicamente, ações psicológicas, económicas ou outras de caráter semelhante” (Estado-Maior do Exército , 1963, p. 4)

<sup>9</sup> “Designa uma luta armada, de caráter político, levada a efeito num dado país contra o Estado” (Estado-Maior do Exército , 1963, p. 4)

<sup>10</sup> “Designa uma luta armada entre partidos de um mesmo país e tem portanto, o mesmo caráter que a guerra insurrecional” (Estado-Maior do Exército , 1963, p. 5)

<sup>11</sup> “Tem, simultaneamente, dois significados. Guerra total, levada a efeito pelos países comunistas, com fim de implementarem o comunismo em todas as nações. Doutrina estabelecida para conduzir essa guerra” (Estado-Maior do Exército , 1963, p. 6)

organizações de um novo tipo que se opõem entre si, muitas vezes denominadas por organizações terroristas, guerrilhas, milícias e mercenários (Menezes, 2012).

Como vimos anteriormente, as forças opositoras do Estado, operam fazendo uso de meios militares não institucionalizados, atuando muitas vezes como pequenos grupos armados provocando baixas não só nos militares, mas também na população civil, criando choque e pânico dentro da população. Estas ações denominadas por guerra psicológica, que visam moldar a opinião pública, impor medo à população civil, são inúmeras vezes predominantes. Verifica-se assim que uma guerra subversiva não pode ser conduzida sem ação psicológica e que este é um dos processos empregues para levar a efeito uma guerra subversiva. (Estado-Maior do Exército, 1963) Sendo assim, é necessário um conjunto de mecanismos eficientes, face às ameaças apresentadas.

Contrassubversão pode ser definida como atos criados para detetar e contrariar a subversão (NATO Standardization Agency, 2008, p. 2-C-18). Verifica-se então, que compete às Forças Armadas enfrentar o inimigo, várias vezes dissimulado dentro da população civil e que requer uma abordagem cuidada, para o detetar e tomar medidas que contrariam as suas ações. As operações de contrassubversão apresentam “dois aspetos distintos:

- Evitar a subversão;
- Reprimir a subversão” (Estado-Maior do Exército, 1961, p. 11).

Enquanto o primeiro aspeto é principalmente da responsabilidade política e policial, onde as Forças Armadas assumem um papel secundário, que visa apoio e cooperação, o segundo aspeto já implica uma participação mais ativa das forças armadas no que toca a pacificação do território (Estado-Maior do Exército, 1961).

Uma vez que, as forças que atuam nos teatros de operações onde são conduzidas operações de contrassubversão, são multinacionais, com o objetivo de congregar sinergicamente as valências de cada uma das forças, nem sempre esse efeito tem consequências positivas no terreno. Por vezes, tal fenómeno acontece devido à má integração das forças e devido à existência de múltiplas cadeias de comando que se sobrepõem entre si. (Menezes, 2012)

A condução das operações de contrassubversão exige uma profunda participação militar e requer a “consecução de três objetivos:

- A reconquista da população revoltada ou neutral e a proteção e auxílio da que se mantém fiel;

- A destruição da organização político-militar da subversão;
- A destruição das forças inimigas ativas (sabotadores, guerrilheiros)” (Estado-Maior do Exército, 1961, p. 11) .

O primeiro objetivo, que visa reconquistar a população revoltada ou neutral, necessita uma ação em todos os setores e uma estreita coordenação entre o aparelho político e militar para alcançar domínios civis e militares. Neste sentido, é necessário transmitir à população que elementos da subversão não estão certos, mas não basta só transmitir a ideia, é necessário fazer com que a população aceite essa ideia como válida. Outro aspeto essencial na consecução do primeiro objetivo é transmitir confiança à população civil, ou seja, demonstrar que o Estado em vigor está presente e domina a situação. Sendo assim, as forças armadas, contribuem na proteção da população contra ações terroristas por parte da subversão e demonstram à população, que estas ações são puníveis e o Estado detém na sua posse mecanismos eficazes e eficientes na luta de contrassubversão (Estado-Maior do Exército, 1961).

O segundo objetivo encontra-se mais direcionado não para as forças armadas, mas sim para o aparelho policial e judicial do Estado, uma vez que, implica a realização de operações no âmbito policial, como detenções e rusgas. Cabendo assim às forças armadas desempenhar um papel secundário, contribuindo com informação obtida durante as suas ações e participando na identificação de indivíduos suspeitos (Estado-Maior do Exército, 1961).

Por sua vez, o terceiro objetivo, que visa a destruição das forças inimigas ativas, é do âmbito militar, onde as forças armadas desempenham um papel fundamental. Inúmeras vezes, numerosos grupos de elementos da subversão ocupam parte do território, que implica a condução de operações do tipo convencional por parte das forças armadas, para reconquistar a porção do território ocupada e expulsar os elementos da subversão do mesmo, obrigando-os a regressar às ações clandestinas (Estado-Maior do Exército, 1961).

Em suma, verifica-se então, que as missões destinadas às forças armadas são:

- “Participar por todos os meios possíveis na conquista da população;
- Auxiliar as forças policiais em assuntos de informação e na execução de rusgas, controle de circulação, etc.;
- Proteger os pontos sensíveis do território e a população;
- Atuar militarmente a fim de reduzir os bandos armados inimigos” (Estado-Maior do Exército, 1961, p. 13).

Posto isto, podemos caraterizar as operações de contrassubversão como “uma luta pela população e nunca uma luta contra a população” (Estado-Maior do Exército , 1963, p. 1)

### 1.3 Contrainsurgência

Ao longo dos tempos, existe uma dinâmica de alteração do modo de se fazer a guerra. Os conceitos evoluem, acompanhando assim a evolução das técnicas, táticas e procedimentos que são usados pelos beligerantes dos conflitos. A NATO necessita de transformação, que visa não só aplicação puramente militar do poder, mas também atuação no domínio económico e social dos países em conflito. As operações de *Counterinsurgency* (COIN) assumem assim o papel fundamental, no modo de como fazer a guerra, remetendo-nos para antigos manuais de contrassubversão (Rodrigues, 2009).

Atualmente, os conflitos surgem sob a forma de guerras internas ou insurgência, apresentando-se sob formas diferentes de ameaça, que utiliza diferentes estratégias, bem como, apresenta estrutura organizacional diferente daquela que estamos habituados a combater nas guerras convencionais, onde o inimigo veste uniforme diferente e é facilmente identificável. O propósito da guerra também muda, deixando de ser a conquista do território e passando a ser extremismo religioso, desrespeito das leis constituídas, estados falhados, conflitos étnicos e tribais que envolvem população civil no combate. Sendo assim, torna se necessário não só atuação militar, mas também atuação em todos os setores do Estado, fazendo com que a população deixe de ter vontade de combater e o ambiente dentro do Estado estabiliza. Outro problema dos atuais conflitos é a globalização, enumeras vezes, ações militares numa parte do globo terrestre, geram reações violentas noutra parte distante da zona de conflito. Sendo assim, existem dois aspetos necessários para o empenhamento da força, um deles é o mandato, outro é a legitimidade do emprego da força. Pode haver alteração na constituição da força, para dar uma resposta mais eficaz face às ameaças que se apresentam, uma vez que estas podem ser forças militares, insurgentes, mercenários ou grupos criminosos. Sendo assim, os comandantes devem ter em conta que qualquer ação desenvolvida por parte das forças deles, pode ter graves consequências no nível estratégico. Com isto, surge necessidade de um fluxo permanente de informação sobre o estado de situação e do desenvolvimento político, para auxiliar o comandante na tomada das decisões (Rodrigues, 2009).

Podemos definir insurgência como uso organizado de violência e subversão para apoderar-se, anular ou desafiar o controlo político da região. Os insurgentes pretendem

subverter ou destituir o governo, tomando assim o controlo sobre os recursos e a população de uma determinada região. Para atingir os seus objetivos, os insurgentes recorrem ao uso de força, propaganda, subversão e mobilização política. A insurgência não tem o objetivo de destruir ou matar, o foco principal das suas ações é estabelecer um sistema de controlo da população, fazendo com que o governo fique impossibilitado de governar o território e a população. (U.S. GOVERNMENT, 2009)

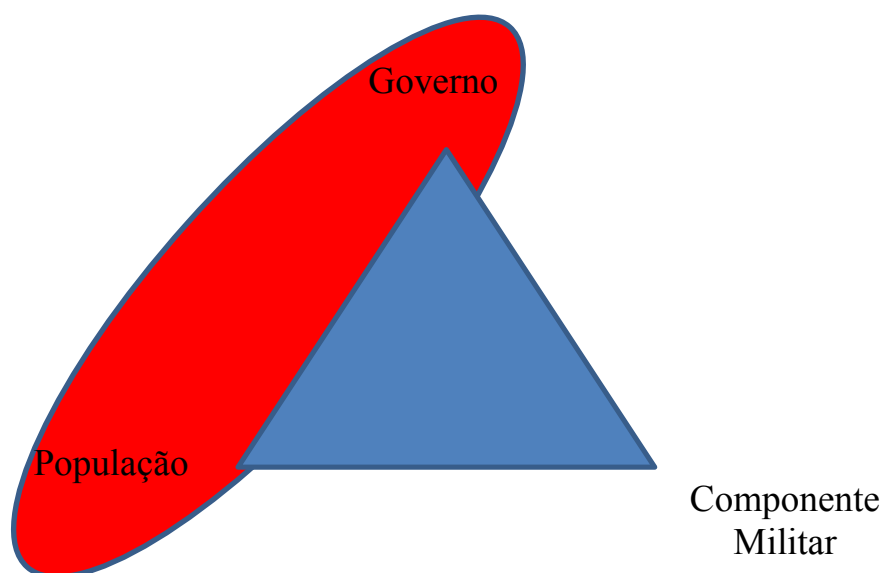
Outros autores defendem que insurgência é uma campanha político-militar, realizada pelos atores não estatais, que visa derrubar o governo recorrendo maioritariamente ao uso de estratégias e táticas não convencionais. (Seth, 2008)

Por sua vez, contrainsurgência pode ser definida como um esforço compreensivo civil e militar, que visa derrotar e conter a insurgência na sua raiz. As melhores práticas de COIN integram e sincronizam as componentes políticas, de segurança, económicas e de informação, que reforçam a legitimidade do governo e sua eficácia, reduzindo a influência dos insurgentes na população. As estratégias COIN devem ser desenvolvidas de modo a proteger a população das ações violentas por parte dos insurgentes e promover a legitimidade e capacidade das instituições governamentais, para responsabilizar os insurgentes politicamente, socialmente e economicamente. (U.S. GOVERNMENT, 2009)

Para uma melhor caracterização de insurgência e por sua vez das operações de contrainsurgência, devemos analisar este conceito segundo os domínios que ele envolve. Sendo assim, no que toca ao domínio político, a luta contrainsurgência abrange política interna e externa, visando segurança e bem-estar da população abrangida pelo conflito, bem como o desenvolvimento do Estado em questão. É essencial negar o apoio externo dos insurgentes e legitimar a intervenção da força internacional. Ainda deve existir presença das organizações não militares no conflito, para apoiar a população civil. Desviando a nossa atenção para o domínio humano, observamos que continua a existir a necessidade de conquistar a população civil, não pela força, mas sim pela maneira de atuação, fazendo-os rejeitar as ideias da propaganda insurgente. Com isto, a população envolvida no conflito, irá deixar de apoiar os insurgentes e passará a apoiar a força internacional presente no TO. Isto implica uma maior formação dos militares e civis presentes no TO, bem como o acesso a informação pormenorizada sobre o ambiente vivido no conflito. Relativamente ao domínio físico, verifica-se uma mudança do ambiente em que se combate, passando este das zonas rurais, para zonas urbanas. Com isto, existe uma grande preocupação relativamente a danos colaterais que podem ser provocados no decorrer das ações militares. Também podemos destacar grande diversidade de terrenos e condições meteorológicas em que se combate. No

que toca ao domínio militar existe necessidade de formação e treino específico da força. O desenvolvimento tecnológico faz com que os meios usados em combate tornam-se cada vez mais complexos, necessitando assim dos militares cada vez mais profissionais para os operar. Analisando o domínio das informações, verifica-se que um sistema de informações eficaz é essencial para combater a insurgência. Pois é extremamente difícil identificar o inimigo que está no seio da população. Por último, entramos no domínio económico, uma vez que a projeção da força e a sua sustentação implica elevados gastos monetários. Também é essencial, neste tipo de operações, apoiar as populações civis envolvidas no conflito, que implica ainda mais encargos monetários para os Estados. (Rodrigues, 2009)

Na figura abaixo, podemos verificar onde deve ser feito o foco das operações COIN.



**Figura nº 1 - Foco de Atuação da Força**

**Fonte: Elaboração Própria**



## 1.4 Poder Aéreo

Analisando a história dos conflitos, torna-se cada vez mais relevante, focar a nossa atenção no que concerne ao emprego de meios, capacidades e táticas de guerra não convencional<sup>12</sup> para enfrentar os exércitos de vários países. Cada vez maior, torna-se o número de baixas causadas por forças irregulares e cada vez mais, a ameaça adota técnicas e táticas de combate mais sofisticadas contra a componente terrestre. Face a estas ameaças, a componente terrestre detém uma ferramenta muito útil e por vezes decisiva, apoio aéreo. É uma mais-valia, que exércitos convencionais podem empregar na luta contrainsurgência, uma vez que, o apoio aéreo não só consegue afetar ameaça fisicamente, mas também inflige danos psicológicos, afetando assim o moral<sup>13</sup> da força opositora. Atualmente as operações conjuntas e combinadas devem assegurar uma estreita coordenação entre uma elevada panóplia de meios disponíveis, a fim de garantir que os mesmos sejam empregues da melhor forma e no local e momento preciso. Sendo assim, é importante garantir o emprego de meios aéreos disponíveis com características diferentes atendendo ao tipo de operação a apoiar. Neste sentido, é necessário analisar o papel do poder aéreo e as vantagens e desvantagens, que o mesmo confere ao seu detentor, nesta tipologia de conflitos.

Voltando a nossa atenção para história, verifica-se, que o século XX foi impulsionador do desenvolvimento aéreo, uma vez que, até o início do século, as forças terrestres dominavam estratégia militar. Enumeras vezes, foi necessário defender território dos invasores, manter posse do terreno ou conquistar o mesmo, que seria possível apenas recorrendo a uso da força terrestre. Pela primeira vez, os aviões servem para combater na guerra entre Itália e Turquia em 1911. Seguidamente, a Primeira Guerra Mundial, transforma aviação num poderoso instrumento militar, que pode ser empregue nas batalhas mais decisivas, garantindo assim ao seu detentor um elevado poder destrutivo. (Santos, 2011)

Giulio Douhet<sup>14</sup>, no século XX, apresentou na sua teoria relativa ao poder aéreo e estratégia aérea, algumas ideias que continuam a ser válidas nos dias de hoje. Um dos princípios enunciados na sua teoria diz respeito ao domínio do ar. Este princípio refere-se à

---

<sup>12</sup> “Guerra não convencional é o termo utilizado para englobar operações militares, normalmente de longa duração, predominantemente conduzidas por forças autóctones que são organizadas, treinadas, equipadas, apoiadas e dirigidas a partir do exterior do território” (Exército Português, 2012, p. 2-12).

<sup>13</sup> O moral, é o “conjunto das funções psíquicas, ou seja, é o conjunto dos fenómenos da vida mental, por oposição à vida do corpo” (Dicionários Editora, 2011, p. 1088)

<sup>14</sup> Oficial do Estado-maior das forças armadas Italianas e primeiro teorizador sobre poder aéreo e estratégia aérea. (Bispo, 2013)

necessidade de garantir a liberdade de ação dos meios aéreos das nossas forças, negando esta liberdade às forças opositoras. Esta liberdade de ação pode ser garantida num dado espaço aéreo, por um determinado período de tempo ou em caso de domínio completo por parte de uma das forças, esta liberdade de ação pode ser total, no espaço e no tempo. A concretização deste objetivo, visa a destruição dos meios aéreos inimigos e das suas componentes, antes dos mesmos efetuarem ações ofensivas sobre as nossas forças (Bispo, 2013).

Inicialmente, segundo Douhet, a Força Aérea Independente deveria possuir dois elementos: unidades de bombardeamento e unidades de combate. Posteriormente, este oficial italiano, acrescenta um terceiro elemento, unidades de reconhecimento aéreo. As unidades de bombardeamento desempenhavam a missão principal de destruição de objetivos previamente definidos, por sua vez, as unidades de combate, desempenhavam a missão auxiliar de proteção das formações de bombardeiros, uma vez que, estas formações eram bastante lentas devido a quantidade de carga que transportavam e assim seriam alvo fácil para unidades de combate inimigas. Na teoria, as unidades de bombardeamento só seriam empregues após a conquista do domínio aéreo por parte das nossas forças, ou seja, quando os meios aéreos inimigos estão destruídos e o sistema de defesa antiaérea inimigo está inativo. Assim sendo, as unidades de combate, não seriam necessárias para efetuar escolta e proteção às unidades de bombardeamento. Os objetivos previamente planeados, devem ser pontos vitais inimigos, a fim de incapacitar a ligação entre a frente de combate e a retaguarda, espalhar o terror e reduzir a resistência física e moral da população civil no interior do Estado oponente. Douhet defendia, que os bombardeiros não deveriam possuir uma velocidade muito elevada, uma vez que, a tarefa principal deles era transportar carga ofensiva e para aumentar a sua velocidade, seria necessário reduzir a quantidade de carga transportada, o que implicava emprego de mais meios para transportar a mesma carga, a fim de cumprir o seu objetivo na totalidade e não atacar o mesmo alvo duas vezes, garantindo a sua destruição num único ataque (Bispo, 2013).

Uma vez que, as unidades de combate aéreo garantiam segurança das unidades de bombardeamento ao longo de todo o percurso, estas deveriam possuir grande velocidade e elevada manobrabilidade, fazendo frente a quaisquer aviões inimigos que pretendiam interferir na missão dos bombardeiros. Outros requisitos necessários das unidades de combate, são poder de fogo aéreo e grande raio de ação, que proporciona o cumprimento da sua missão de um modo eficaz e permite acompanhar o movimento do grosso da força. Por sua vez, as unidades de reconhecimento, devem possuir uma composição variável e com

menor número de elementos do que as outras unidades. Os aviões de reconhecimento devem ser munidos com câmaras fotográficas e meios de comunicação com os comandos terrestres. O seu objetivo principal é recolha de informação sobre o inimigo. Para tal, os requisitos necessários são, altura do voo e a velocidade máxima, que permitem às estas unidades não serem detetados e em último caso, separar-se dos atacantes (Bispo, 2013).

Essas ideias gerais, permitem-nos identificar o caráter ofensivo do poder aéreo definido por Douhet, mas voltando a nossa atenção para atualidade, o poder aéreo pode ser definido como a capacidade de projetar poder do ar para influenciar o comportamento das pessoas ou a conduta dos eventos<sup>15</sup>. Outra definição mais complexa define poder aéreo como capacidade de projetar forças militares no ar ou no espaço, por vias de plataformas ou mísseis operados da superfície terrestre (NATO, 2003). Numa outra perspetiva, poder aéreo traduz-se em potencialidade de combate ou poder de fogo, por vias de plataformas de combate aéreo e de apoio imediato (EMFA, 1982).

O poder aéreo pode ser caracterizado pela grande envergadura de meios abrangentes, que englobam plataformas aéreas<sup>16</sup>, sistemas de mísseis<sup>17</sup> terrestres ou navais, UAV e os seus sistemas de armas e meios aeroespaciais para os apoiar. Normalmente o poder aéreo é usado para atingir objetivos operacionais ou estratégicos, efetuando ações conjuntas ou operações aéreas independentes (NATO, 2002).

#### **1.4.1 Princípios fundamentais do poder aéreo**

Para melhorar a eficiência da aplicação do poder aéreo, é necessário seguir alguns dos princípios fundamentais, que visam aumentar a sua capacidade de resposta e potenciar os seus pontos fortes, reduzindo as suas vulnerabilidades.

Controlo centralizado é o primeiro princípio-chave. Este princípio visa colocar toda a responsabilidade e autoridade para planear, dirigir e coordenar operações aéreas num único comandante. Com isto, maximizamos a eficiência operacional e evitamos a duplicação do esforço, devido ao estabelecimento de prioridades do comandante, sincronização, integração e regulação das ações no tempo, espaço e propósito para atingir objetivos estabelecidos o mais rápido e eficientemente possível. (NATO, 2009)

---

<sup>15</sup>“*The ability to project power from the air to influence the behaviour of people or the course of events*” (Air Staff, 2009)

<sup>16</sup> Qualquer tipo de avião, helicóptero ou UAV (NATO, 2003).

<sup>17</sup> *Surface-to-Air Missile*.

Segundo princípio-chave é execução descentralizada, que visa a delegação de autoridade por parte do comandante, para executar operações aos seus subordinados, a fim de agilizar o processo de tomada de decisões oportunas, num ambiente complexo e de rápida mudança de situação. Este princípio garante fluidez das ações e providencia algum tempo ao comandante para debruçar-se sobre assuntos mais complexos, que exigem análise mais cuidada e tomada da decisão por parte do mesmo. (NATO, 2009)

Em terceiro lugar, todas as ações devem ser orientadas para a missão, a fim de otimizar a utilização de recursos finitos. Sendo assim, todos os objetivos das ações aéreas devem estar interligados e contribuir para consecução do objetivo geral. Neste aspeto, os comandantes do nível operacional devem compreender claramente, como as ações realizadas por parte das forças deles contribuem para o objetivo geral e se interligam com outras linhas estratégicas de operações. (NATO, 2009)

Existem outros princípios que se relacionam mais com o emprego do poder aéreo. Para uma aplicação eficaz do poder aéreo, é essencial estabelecer objetivos, estes devem ser claros e compreendidos por todos os executantes. O princípio ofensivo de emprego do poder aéreo permite selecionar o local, armamento e o tempo em que irá ser efetuada a operação, oferecendo a vantagem de iniciativa. Por outro lado é necessário proteger os pontos vitais do Estado contra possíveis ataques inimigos, aplicando assim o princípio da defesa. O princípio da concentração, visa a aplicação dos meios aéreos nos pontos decisivos e num determinado período de tempo, a fim de desorganizar o inimigo, criando assim, uma nítida vantagem para as nossas forças. As ações aéreas devem ser efetuadas num local e num espaço de tempo não esperado pelo inimigo, para provocar maior desgaste das suas forças e surpreender o mesmo, ou seja, devemos aplicar o princípio da surpresa. Ao longo da condução das ações aéreas, não devemos descuidar a segurança, a fim de evitar os possíveis ataques inimigos às nossas formações, mantendo assim a iniciativa em combate. As possibilidades de cada unidade devem ser aproveitadas ao máximo e deve existir um comando e controlo centralizado, garantindo unidade de esforço. O último princípio é obtenção de uma situação aérea favorável, que nos garante, um uso do espaço aéreo eficaz, negando o mesmo ao inimigo (Santos, 2011).

#### **1.4.2 Limitações do uso do poder aéreo**

O poder aéreo, apesar de ser uma ferramenta versátil e muito eficaz na condução de operações, também é bastante dispendioso e exige concentração de uma elevada quantidade

de recursos pessoais, materiais e tecnológicos, para garantir um emprego eficaz dos seus meios. Em primeiro lugar aparecem as legislações internacionais que limitam a condução das operações aéreas, como por exemplo a lei dos conflitos armados<sup>18</sup>, regras de empenhamento<sup>19</sup> e por fim, a força deve possuir mandato internacional para poder intervir fora do território nacional.

A lei dos conflitos armados é uma parte das leis internacionais, que rege relações entre estados. Essa lei define os deveres e direitos dos beligerantes dos conflitos armados. O principal propósito dessa lei é proteger os combatentes e não combatentes do sofrimento desnecessário e salvaguardar os direitos fundamentais do homem, visando facilitar a restauração da paz em tempo de guerra (NATO, 2009).

Por sua vez, as regras de empenhamento, controlam as ações militares, que são autorizadas pelo Conselho de Atlântico Norte<sup>20</sup>. Qualquer mudança subsequente das regras de empenhamento deve ser aprovada pelo mesmo conselho. Sendo assim, torna-se possível definir o grau e a maneira com que cada força da NATO irá atuar, controlando as ações da mesma. (NATO, 2009)

Em segundo lugar surgem as limitações relacionadas com as características dos meios aéreos. Uma vez que, as aeronaves possuem grande velocidade, que conjugada com bruscas acelerações e diferentes tipos de forças à que ficam sujeitos os pilotos, fazem com que haja um elevado desgaste dos meios humanos que operam as aeronaves. Sendo assim, torna-se necessário uma seleção cuidada e minuciosa dos recursos humanos, que irão operar as aeronaves, mas mesmo assim, o fator humano é uma limitação, uma vez que as tripulações não aguentam fisicamente a mesma carga de trabalho que pode ser realizada pela aeronave. Por outro lado, as aeronaves não podem estar sempre no ar, pois necessitam de aterrar para reabastecimento de combustível e munições. Outra limitação do poder aéreo é relativa à tecnologia. Apesar de existir uma grande evolução do poder aéreo, este em grande parte está dependente das infraestruturas que se encontram na superfície, dos elevados custos dos equipamentos e do armamento que é utilizado. Por outro lado, quanto mais desenvolvido for o equipamento utilizado para proteção das aeronaves, mais desenvolvido será equipamento necessário para as destruir. Tudo isto implica um elevado custo que necessita de ser suportado pelos Estados. Outra limitação do uso de poder aéreo relaciona-se com questões

---

<sup>18</sup> Law of Armed Conflict

<sup>19</sup> Rules of Engagement

<sup>20</sup> North Atlantic Council

ambientais. Hoje em dia, o desenvolvimento tecnológico permite a atuação das aeronaves em condições climatéricas muito adversas, mas mesmo assim, ainda existem limitações que condicionam a aplicação dos meios aéreos, como por exemplo fortes ventos laterais na decolagem ou visibilidade muito reduzida. Por fim, apesar de grande poder de fogo e uma gama versátil das missões que podem ser desempenhadas pelo poder aéreo, é impossível ocupar ou manter terreno, uma vez que só as forças de superfície é que tem essa possibilidade. (Santos, 2011)

## CAPÍTULO 2 METODOLOGIA

Os métodos de investigação diferem com os fundamentos dos pensadores, refletindo as suas preocupações e as orientações de uma investigação. Independentemente da abordagem do problema, por vezes existe necessidade de descrever um determinado fenómeno ou explicar a relação existente entre diferentes fenómenos (Fortin, 1999).

No presente TIA, do ponto de vista da forma de abordagem do problema, irá ser utilizado o método indutivo, ou seja, analisando um TO Afeganistão irá ser identificada a importância do apoio aéreo noutros TO que englobam o combate à insurgência. Este método é baseado na experiência e parte do particular para o geral. O método indutivo é realizado em três etapas:

- “Observação dos fenómenos;
- Descoberta da relação entre eles;
- Generalização da relação” (Sarmiento, 2013, p. 9).

Do ponto de vista dos procedimentos adotados, irá ser utilizado o método de estudo de caso, que também é conhecido como método monográfico. Este método permite ao investigador analisando um caso isolado compreender determinados factos. É um procedimento metodológico que visa procurar e recolher informação detalhada sobre uma determinada unidade de estudo. O que se pretende com o uso deste método é descrever de forma rigorosa a unidade de observação. Para tal, esta unidade de observação deve passar uma específica seleção segundo os padrões estabelecidos pelo investigador (Freixo, 2011).

Do ponto de vista da sua natureza, o presente TIA enquadra-se em Investigação Aplicada, uma vez que, não serão produzidos novos conhecimentos, mas sim ira-se produzir conhecimentos que têm aplicabilidade para solucionar um tipo específico de problemas.

Do ponto de vista dos seus objetivos, será uma investigação exploratória, englobando assim, análise documental e das entrevistas que foram realizadas no âmbito deste TIA.

### 2.1 Pergunta de Partida

Para realização do presente trabalho foi necessário estabelecer o ponto de partida e definir o que irá ser abordado ao longo do mesmo. Sendo assim, para realização de uma investigação, é necessário estabelecer uma pergunta de partida, através da qual o

investigador irá exprimir o que procura saber ao longo da investigação. (Quivy & Campenhoudt, 2001)

Analisando o tema de investigação foi levantada a seguinte pergunta de partida:

***“Qual é a importância do apoio aéreo nas operações de contrainsurgência no Afeganistão?”***

## **2.2 Perguntas Derivadas**

Para poder responder à pergunta de partida estabelecida no subcapítulo acima, foram levantadas 3 perguntas derivadas:

**PD 1: “*Que missões podem ser desempenhadas pelo apoio aéreo?”***

**PD 2: “*Que missões de apoio aéreo foram utilizadas no TO Afeganistão?”***

**PD 3: “*Qual é a diferença existente nos procedimentos de pedido de apoio aéreo nos diferentes contingentes?”***

## **2.3 Hipóteses de Investigação**

Podemos dizer que uma hipótese é uma resposta provável ou provisória, sobre uma determinada questão (Marconi & Lakatos, 2003). Para a presente investigação devido à complexidade e abrangência das perguntas estabelecidas, que exigem um conhecimento da matéria bastante aprofundado, não foram levantadas hipóteses de investigação.



## CAPÍTULO 3 MÉTODOS E MATERIAIS

### 3.1 Contexto de observação

Ao longo dos tempos, o poder aéreo demonstrou ser uma valência para as operações terrestres. Mesmo antes da invenção da aeronave propriamente dita, inúmeros pensadores sentiam que o espaço aéreo podia ser explorado na guerra (Santos, 2011). Para delimitar este estudo, vamos direcionar a nossa atenção para o TO Afeganistão, analisando o emprego de apoio aéreo pelas forças NATO.

A escolha do TO Afeganistão para realização da presente investigação foi devido a este ser um conflito armado atual, que envolveu forças internacionais na luta contrainsurgência. De um lado temos forças convencionais, com equipamentos sofisticados e elevado nível de treino, do outro lado apresenta um conjunto de forças mal equipadas, muitas vezes sem organização sólida e com o nível de treino muito reduzido. Numa primeira análise, aparenta uma clara vitória das forças internacionais, mas uma vitória militar, não significa uma vitória total sobre o inimigo.

Numa análise mais aprofundada do assunto, verifica-se a aplicação das técnicas não convencionais por parte dos insurgentes, para infligir danos às forças da *International Security Assistance Force* (ISAF) e intimidando a população local, obter domínio na região. Os insurgentes, não procuravam confronto direto com as forças NATO, mas sim recorriam ao uso de *Improvised Explosive Device* (IED) e emboscadas. Assim, uma força não convencional e mal equipada, consegue opor-se à uma força muito superior em todos os aspetos.

### 3.2 Métodos e técnicas de recolha de dados

“A informação é o resultado do processamento, manipulação e organização de dados, de tal forma que representa uma alteração no conhecimento do sistema que a recebe” (Sarmiento, 2013, p. 16). Para a realização da presente investigação foram utilizados dois métodos de recolha de dados. Numa primeira fase foi efetuada uma análise documental, para obter o panorama geral do assunto em questão. Relativamente a informação bibliográfica, é uma fonte importante para elaboração de qualquer tipo de investigação, pois é baseada em vários autores e diferentes documentos (Sarmiento, 2013). Numa segunda fase, foram

realizados três inquéritos por entrevista para completar o conjunto de informação útil para a investigação. Uma vez que, “nas entrevistas obtêm-se as informações, inquirindo oralmente um ou mais indivíduos” (Sarmiento, 2013, p. 24). Com isto, foi possível obter toda a informação necessária para a realização do presente TIA e responder às perguntas de investigação.

### **3.3 Caracterização da amostra e técnica de tratamento de dados**

A amostra reuniu um conjunto de dois oficiais do Exército Português e um oficial polaco, que participaram no TO Afeganistão e experienciaram o uso de apoio aéreo.

O conjunto dos inquéritos por entrevista reuniu as condições necessárias para responder às perguntas de investigação e retirar conclusões válidas para o presente TIA. Para tal, foi efetuada uma análise de dados segundo a matriz SWOT, com o objetivo de identificar os pontos fortes e pontos fracos na utilização do apoio aéreo, bem como as oportunidades e ameaças do mesmo.

## **CAPÍTULO 4 ESTUDO DE CASO: APOIO AÉREO NO TO DO AFGANISTÃO.**

### **4.1 Caracterização do TO Afeganistão**

Os atos terroristas em Nova Iorque e Washington no dia 11 de setembro de 2001, marcam uma nova era nas relações internacionais. É pela primeira vez, evocado o artigo 5º<sup>21</sup> da NATO, dando início a uma missão exigente, contando com a participação de vários contingentes internacionais no TO Afeganistão (Rodrigues D. , 2011).

No dia 7 de outubro de 2001, os Estados Unidos da América iniciaram os bombardeamentos de Cabul<sup>22</sup> e posteriormente de Kandahar e Jalalabad, com o objetivo de atingir os pontos estratégicos das cidades. No decorrer da campanha aérea, grupos de operações especiais americanas penetraram no terreno para apoiar as operações aéreas que estavam a ser realizadas. Os ataques realizados por parte dos Estados Unidos visavam três grandes objetivos:

- Desorganizar a rede Al-Qaeda<sup>23</sup>;
- Impedir células terroristas de usar o País como base de operações;
- Garantir um futuro democrático do Afeganistão.

No final de um mês de bombardeamentos, as defesas antiaéreas, os campos de treino dos insurgentes, os centros de comando e controlo estavam destruídos, permitindo assim a entrada de forças terrestres para ocupar terreno nas principais cidades do País. (Pereira, 2011)

No dia 11 de agosto de 2003, a NATO assume o controlo da ISAF. Esta, mandatada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tinha como objetivo primário

---

<sup>21</sup> Artigo 5º da NATO: “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicadas ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.” (NATO, 1949)

<sup>22</sup> Capital do Afeganistão.

<sup>23</sup> É uma organização internacional radical islâmica, que visa obter poder geopolítico no médio oriente.

apoiar o governo Afegão no estabelecimento de segurança em todo o seu território e garantir a redução do número de elementos terroristas presentes no País. (ISAF, 2015)

A NATO, ao assumir o controlo da ISAF, permitiu alargar a zona de segurança para além dos limites da capital do Afeganistão, visando combater o narcotráfico, fonte de rendimento das células da Al-Qaeda. Na figura abaixo estão representadas as principais regiões de cultivo de ópio em 2016.

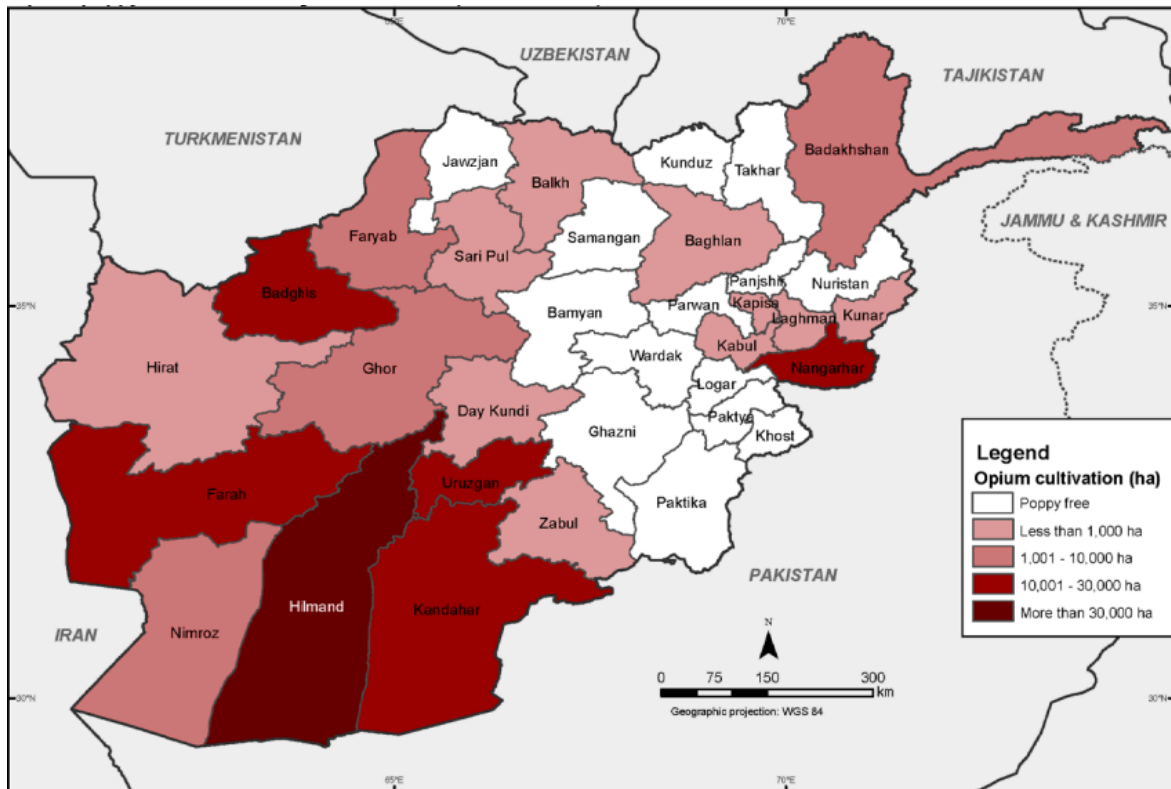


Figura nº 2 - Principais regiões de cultivo de ópio

Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime, 2016.

Por outro lado, a intervenção da NATO, contribuiu para o desenvolvimento e treino das forças de segurança afegãs, uma vez que, estas desempenham um papel essencial para o funcionamento do Estado. (Pinto, 2009)

A ISAF providenciava apoio ao governo Afegão e à comunidade internacional em assuntos de segurança. Estas ações incluíam supervisão, treino e apoio operacional do *Afghan National Army* (ANA) e da *Afghan National Police* (ANP). O objetivo da NATO era criar uma força profissional, independente e autossustentável, que fosse capaz de garantir a segurança da população civil do Afeganistão. (ISAF, 2015)

Para alcançar os objetivos estabelecidos, foi necessário reduzir o nível da ameaça, garantindo a segurança da população civil e das agências internacionais que atuavam no TO. A missão da NATO no Afeganistão foi dividida em cinco fases:

- Fase 1: Avaliação e preparação, incluindo operações em Cabul;
- Fase 2: Expansão geográfica;
- Fase 3: Estabilização;
- Fase 4/5: Transição/reafectação. (ISAF, 2015)

Na figura abaixo, estão apresentadas as etapas de expansão da ISAF.

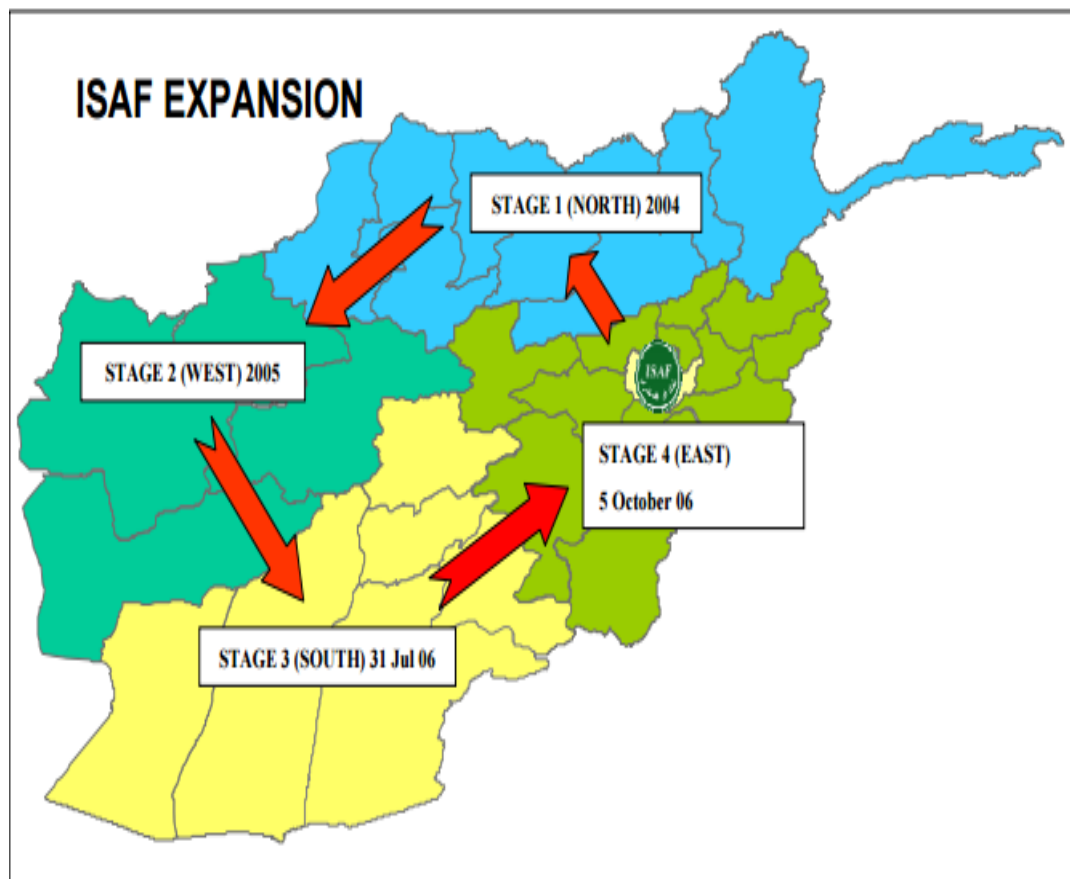


Figura nº 3 - Etapas de expansão da ISAF

Fonte: ISAF, 2007

## 4.2 Tipologia de operações aéreas

Hoje em dia, muita gente reconhece a importância do apoio aéreo, mas poucos compreendem o seu funcionamento. Para tal, é essencial compreender os conceitos base desta temática, as suas possibilidades e valências para a componente terrestre. Como foi referido anteriormente, existe uma elevada quantidade de operações que pode ser desempenhada pelo poder aéreo. Estas operações podem ser divididas em grupos e subgrupos de acordo com o tipo da missão ou o objetivo a atingir.

#### 4.2.1 Counter Air

É um conjunto integrado de operações para combate de qualquer tipo de ameaças. O principal objetivo destas operações é atingir e manter um determinado nível do controlo do ar<sup>24</sup>, negando esta possibilidade ao inimigo, destruindo, negando ou degradando o poder aéreo da força opositora. Com isto, obtemos maior liberdade de ação das nossas forças e reduzimos a vulnerabilidade das mesmas. Sendo assim, torna-se mais complicado para o inimigo detetar as nossas forças e efetuar ataques de surpresa. Isto só é conseguido, recorrendo ao uso eficaz de um conjunto integrado de armas e sensores, que por sua vez, implica elevado grau de comando e controlo (NATO, 2009).

As forças que irão desempenhar as missões de *Counter Air* devem estar preparadas para atuar em qualquer tipo de condições meteorológicas e em qualquer tipo de condições de visibilidade. Também devem estar preparadas para atuar durante longos períodos de tempo (NATO, 2002).

As operações *Counter Air* dividem-se em dois tipos de operações: *Offensive Counter Air* e *Defensive Counter Air*.

As operações *Offensive Counter Air* são operações executadas por iniciativa das nossas forças, a fim de destruir ou neutralizar as forças oponentes em todo o seu território. Estas ações serão realizadas normalmente por parte da Força Aérea, mas podem ser complementadas, recorrendo ao uso das forças de superfície. (NATO, 2002) Sendo assim, as operações *Offensive Counter Air* podem ser subdivididas em:

- *Surface Attack Operations* – este tipo de ações visa inibir o inimigo de uso dos meios aéreos disponíveis. Para tal, ocorre um ataque coordenado aos aeródromos inimigos, posições de lançamento dos mísseis, postos de comando e controlo inimigo e restantes infraestruturas que apoiam operações aéreas do inimigo. (US Department of Defense, 2005)
- *Air-to-air Operations* – é o conjunto de operações que são desencadeadas, lançadas ou que envolvem mísseis ou aviões em voo. Estas operações também podem ser subdivididas em:

---

<sup>24</sup> Existe três níveis de controlo do ar:

- Situação aérea favorável: quando a atividade aérea hostil é insuficiente para prejudicar as nossas forças.
- Superioridade Aérea: é domínio do ar na batalha aérea por parte de uma força sobre a outra, que permite realização de qualquer tipo de operações, sem interferência proibitiva do inimigo.
- Supremacia Aérea: é quando as forças aéreas opositoras são incapazes de realizar qualquer interferência eficaz (NATO, 2002).

- *Sweep* – envolve ações ofensivas realizadas por aeronaves de combate, que visam encontrar e destruir as aeronaves do inimigo, estas ações podem decorrer ao longo de uma área de operações determinada ou durante um deslocamento aéreo das outras forças que detetam aeronaves inimigas. (NATO, 2002)
- *Escort* – são operações realizadas por aeronaves de defesa aérea, a fim de apoiar outras aeronaves que irão realizar ações ofensivas, defensivas ou de apoio aéreo. (NATO, 2002)
- *High Value Airborne Asset Attack* – são ataques aos alvos cuja destruição causa um elevado prejuízo ou graves consequências na força opositora. (US Department of Defense, 2005)
- *Slow Mover Attack* – é um ataque aos alvos que se movem mais lentamente em comparação às aeronaves de ataque. Normalmente são considerados ataques aos helicópteros. (NATO, 2009)
- *Suppression of Enemy Air Defense* – são operações realizadas por aeronaves que visam suprimir a defesa aérea de área e local, recorrendo ao uso de guerra eletrónica e outro tipo de armamento, a fim de criar condições favoráveis para condução das operações por parte das nossas forças. Normalmente estas ações são conduzidas em apoio das outras operações realizadas pelas nossas forças. (NATO, 2002)
- *Destruction of Enemy Air Defense* – são operações realizadas a fim de destruir a defesa aérea inimiga, uma vez que *Suppression of Enemy Air Defense* visa apenas suprimir a sua actividade, por sua vez *Destruction of Enemy Air Defense* visa a destruição total do sistema defensivo, se este poder ser posto em funcionamento novamente. Isto implica o uso de diferente tipo de armamento, uma vez que no primeiro caso normalmente são utilizados mísseis do tipo ARM<sup>25</sup>, no segundo caso já são utilizadas munições explosivas. (NATO, 2002)
- *Recce/Attack-Attack Interface* – é uma ação que visa atacar alvos em movimento ou quando estes alvos desempenham alguma atividade, sendo assim, torna-se extremamente complicado fornecer informações precisas e atualizadas aos pilotos das aeronaves de ataque antes da descolagem da aeronave. Para solucionar este problema, são utilizadas duas técnicas. A primeira, visa o empenhamento das aeronaves da mesma unidade que irá efetuar o ataque, que se deslocam à frente do

---

<sup>25</sup> *Anti Radiation Missile*

grosso de força, a fim de obter informações sobre o inimigo, neste caso estamos perante um *Attack-Attack Interface*, uma vez que, o reconhecimento será efetuado por aeronaves de ataque. Por sua vez, a segunda técnica, visa o empenhamento das aeronaves específicas de reconhecimento, que podem não pertencer à força que irá efetuar o ataque principal, neste caso, estamos perante um *Recce-Attack Interface*. (NATO, 2009)

Por sua vez, *Defensive Counter-Air* visa a destruição ou neutralização do inimigo em proximidade ou dentro do nosso território. (NATO, 2002) Esta tipologia de operações é normalmente reativa, ou seja, são operações em resposta às ações da força opositora. As operações *Defensive Counter-Air* podem ser subdivididas em:

- *Passive Air Defense* – são todas as ações, que não são consideradas *Active Air Defence*, que visam minimizar a eficácia das ações aéreas da força opositora. Estas ações incluem defesa eletrónica, proteção de C2<sup>26</sup>, ações de decepção, dispersão, equipamentos que camuflam as nossas forças e construções defensivas. Estas ações têm que ser tomadas por parte de todos os tipos de forças, a fim de garantir máxima proteção das nossas forças e dificultar à força opositora aquisição de alvos. (NATO, 2009)
- *Active Air Defense* – são ações defensivas diretas que anulam ou reduzem a eficácia das ações aéreas opositoras. Estas ações incluem uso de aeronaves, sistemas de mísseis e armas antiaéreas, tal como sistemas de guerra eletrónica. O conjunto de sistemas de *Active Air Defense* visa detetar, identificar, interceptar e atacar ou seguir, aeronaves hostis ou potencialmente hostis. (NATO, 2002) As seguintes ações são consideradas *Active Air Defense*:
  - *Ground or Deck Alert* – é uso das aeronaves que se encontram em terra ou à bordo de um navio em estado de alerta, totalmente equipados e preparados, com as suas tripulações num estado de prontidão específico. (NATO, 2002)
  - *Combat Air Patrol* – o patrulhamento aéreo de combate pode ser montado sobre área de objetivo, sobre as nossas forças, sobre as áreas críticas da zona de combate ou sobre a zona de defesa aérea, a fim de interceptar e destruir aeronaves hostis antes das mesmas atingirem os seus alvos. Estas

---

<sup>26</sup> Comando e Controlo



ações garantem uma resposta rápida e eficaz a qualquer intrusão inimiga na nossa área e devem ser conduzidas à frente da área que pretendemos defender. Por outro lado, são ações bastante dispendiosas, uma vez que necessitam de manter aeronaves em voo e de um conjunto de radares para detetar as intrusões inimigas. (NATO, 2002)

- *Interception* – são ações que envolvem aeronaves para intercetar aeronaves hostis ou desconhecidas, bem como os mísseis táticos. Após o cumprimento desta ação, serão dadas novas ordens, tais como, identificação visual do intruso, seguimento ou ataque. (NATO, 2002)
- *Ground Base Air Defences* – consiste em uso de mísseis do tipo *surface-to-air* e uso de artilharia antiaérea. Normalmente este tipo de sistema defensivo é capaz de contrariar todo o espectro de ameaça aérea, confere um elevado grau de prontidão, que pode ser mantido por longos períodos de tempo. (NATO, 2002)
- *High Value Airborne Asset Defense* – são ações defensivas que visam proteger aeronaves cuja destruição implica graves consequências nas nossas forças e pode ter consequências políticas. (NATO, 2002)
- *Slow Mover Defense* – são ações que visam a proteção das nossas forças contra meios aéreos inimigos de baixa velocidade de voo, helicópteros. (NATO, 2009)

#### 4.2.2 Air-to-Surface

As operações aéreas normalmente não são desempenhadas isoladamente, mas sim em contributo para as operações terrestres ou navais. O poder aéreo ajuda as nossas forças a moldar o campo de batalha, para obter vantagem sobre o inimigo, através da localização, seguimento e ataque às forças opositoras, suas infraestruturas e centros de comando e controlo. As capacidades resultantes das operações conjuntas das forças de superfície com poder aéreo, garantem a redução do número de baixas por parte das nossas forças e uma visão mais abrangente do campo de batalha, para os comandantes poderem tomar decisões mais atempadas. O poder aéreo oferece vantagem na deteção do inimigo, podendo fixar o mesmo e se necessário destruir em toda a profundidade do campo de batalha, sem grandes limitações que podem existir para forças terrestres. No entanto, é necessário um esforço coordenado por parte de conjunto de forças, para cumprimento da missão, uma vez que, por si só nem uma componente pode vencer o combate. (NATO, 2009) As operações *Air-to-*

*Surface* podem ser subdivididas em dois grupos: *Air Power Contribution to Land Operations* e *Air Power Contribution to Maritime Operations*. O primeiro grupo se relaciona com o apoio aéreo às forças terrestres, por sua vez, o segundo abrange ações aéreas em apoio às forças navais. Por sua vez, operações aéreas em apoio à força terrestre subdividem-se em:

- *Air Interdiction* (AI) – são ações que visam destruir, perturbar, degradar, canalizar ou atrasar forças inimigas, recorrendo aos ataques das forças terrestres inimigas ou infraestruturas que as apoiam, antes que estes sejam empregues contra as nossas forças ou atingirem o seu objetivo. As aeronaves que desempenham missões AI, normalmente atuam relativamente afastadas das nossas forças terrestres, sendo assim, não existe necessidade de uma coordenação muito elevada com os movimentos das nossas forças terrestres ou com o fogo das mesmas. A flexibilidade que AI oferece permite esta ser conduzida em apoio às forças de superfície ou estar no esforço, quando não existem forças amigas no terreno ou estes têm elementos ocultos da vista inimiga a efetuar coordenações de tiro das aeronaves. A interdição aérea visa reduzir ou mesmo eliminar os objetivos, sem haver necessidade de existência de combate terrestre. (NATO, 2009)
- *Close Air Support* (CAS) – são ações realizadas por aeronaves de asa fixa ou asa móvel<sup>27</sup> contra alvos hostis, que requerem uma detalhada integração de cada missão aérea com os movimentos e fogos das forças amigas, a fim de evitar fratricídio e aquisição de alvos ser feito pelo certificado e qualificado *Forward Air Controller* (FAC). CAS providencia às forças terrestres e anfíbias o poder de fogo necessário tanto para a condução de operações ofensivas, como também as defensivas. O pedido de CAS pode ser feito de dia ou de noite, a fim de destruir, suprimir, neutralizar, desorganizar, fixar ou retardar forças opositoras, que estão em proximidade das nossas forças amigas. O poder de fogo das aeronaves e a sua mobilidade, podem fazer uma contribuição direta e imediata nas batalhas de superfície, especialmente contra os alvos que são difíceis ou inacessíveis para as forças terrestres. A variedade de alvos que podem ser encontrados, faz com que as aeronaves que irão realizar missões de CAS possuam armamento adequado para infligir danos a qualquer tipo de alvo e sistemas de comunicação para poder coordenar os ataques com as forças terrestres, que necessitam de ser interoperáveis. (NATO, 2009)

---

<sup>27</sup> Helicóptero.

Como vimos anteriormente, o poder aéreo também pode apoiar a marinha. Podemos subdividir estas operações em:

- *Antisurface Warfare* – são operações conduzidas para destruir ou neutralizar o poder naval inimigo. A área de ataque e outros fatores que podem influenciar as táticas que irão ser empregues, devem ser especialmente tidos em conta, quando se trata de alvos anfíbios e navios de apoio. (NATO, 2009)
- *Antisubmarine Warfare* – esta tipologia de operações é conduzida com o objetivo de negar ao inimigo o uso com eficácia de submarinos. *Antisubmarine Warfare* inclui ações de reconhecimento, localização, classificação e ataque aos submarinos, bem como a sua logística. (NATO, 2009)
- *Mining* – são operações que visam estabelecer e manter a posse de áreas vitais marítimas, infligindo danos ao inimigo e impedindo o tráfico dentro da área determinada superiormente. As aeronaves podem penetrar áreas que são impeditivas para os navios ou submarinos, não correndo o risco de embater nas minas já postas pelo inimigo ou pelas nossas forças. (NATO, 2009)

#### 4.2.3 Support Operations

São operações que não visam infligir dano direto ao inimigo, mas sim recorrendo aos meios aéreos disponíveis apoiar as restantes forças, fornecendo informações e apoio logístico das mesmas. Sendo assim, as *Support Operations* subdividem-se em:

- *Airborne Early Warning* – são aeronaves com plataformas de vigilância integradas no *Airspace Surveillance And Control System (ASACS)*<sup>28</sup>, que garantem imagens precisas e em tempo real sobre o campo de batalha, bem como, sobre atividade das forças amigas e hostis, a fim de potenciar a capacidade de decisão dos comandantes, completando a informação fornecida pelos radares terrestres. Os controladores integrados a bordo das aeronaves, fornecem uma capacidade de controlo, tanto para operações ofensivas, como para as defensivas. (NATO, 2009)
- *Airlift* – são operações que permitem ao *Joint Force Commander (JFC)* mover e sustentar as forças em qualquer parte do mundo. Estas operações oferecem opções de grande mobilidade e flexibilidade para as forças militares, agências nacionais e

---

<sup>28</sup> ASACS – é uma célula que monitoriza, avalia e aconselha nas operações de defesa aérea integrada e interliga os dados recebidos por meios aéreos com os dados recebidos dos radares terrestres. (NATO, 2009)

internacionais, para responder rapidamente a quaisquer situações de crise, em qualquer parte do mundo. *Airlift* permite colocar as forças no terreno com o mínimo atraso, sendo assim é uma capacidade crucial para comandantes do nível operacional e tático. Normalmente esta tipologia de operações é classificada segundo dois aspetos:

- *Inter-theatre airlift* – são operações que garantem a ponte aérea que interliga teatro de operações com a base das forças no território nacional, ou faz interligações com outros teatros de operações. Devido ao alcance das operações que são realizadas, esta tipologia de *airlift* é guarnecida por aeronaves de transporte estratégico, com elevada capacidade de carga ou por aeronaves civis com a mesma capacidade de carga, pode ser potenciado com aeronaves de transporte tático caso seja necessário. (NATO, 2009)
- *Intra-theatre airlift* - providencia movimentação aérea dentro de um teatro de operações específico, guarnecido por aeronaves de transporte tático, que são capazes de atuar sobre quaisquer condições táticas do teatro de operações. Esta tipologia de operações oferece ao comandante capacidade de projecção rápida de força para locais críticos dentro do teatro de operações. (NATO, 2009)
- *Air Logistics Operations (ALO)* – são operações aéreas distintas das *Airborne Operations*, que irão ser abordadas de seguida, que visam destacar, sustentar, distribuir e recuperar pessoal, equipamentos e mantimentos, bem como a extração de não combatentes<sup>29</sup>. (NATO, 2009)
- *Airborne Operations (AO)* – é a tipologia de operações que visa o transporte aéreo dos combatentes e seu material para ocupar posições no terreno ou nas instalações, através do lançamento em voo, ou através da aterragem direta no objetivo estabelecido para as forças terrestres. Este tipo de operações pode ser executado ao nível operacional ou estratégico, dependendo do raio de projecção da força. Embora haja um grande risco, estas operações são um elemento valioso do poder aéreo, uma vez que os ganhos ao efetuar esta tipologia de operação são bastante elevados. (NATO, 2009)

---

<sup>29</sup> “Deve-se entender por não combatente a população civil e as pessoas civis, os prisioneiros de guerra e as pessoas protegidas pela quarta Convenção.” (Deyra, 2001)

- *Aeromedical Evacuation (AIRMEDEVAC)* – é uma forma especializada de *airlift* para transportar doentes ou feridos com a supervisão dos médicos, para locais indicados do tratamento dos mesmos. Este tipo de operações requer presença a bordo da aeronave de uma equipa especializada em aeromedicina, que irá acompanhar os doentes durante o voo. Em caso de contingência, o sistema AIRMEDEVAC pode complementar as infraestruturas de apoio sanitário já existentes no teatro de operações. (NATO, 2009)
- *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR)* – ISR integra capacidades provenientes de todos os seus componentes e fornece informação essencial sobre o espaço de batalha, para planeamento e condução de operações, através de recolha, processamento, exploração e disseminação de informações atempadas e precisas. ISR integra:
  - *Intelligence* – é o produto resultante da recolha, processamento, integração, avaliação e interpretação de toda informação disponível. Um bom sistema de inteligência providencia uma análise precisa, relevante, atempada e previsível, para apoiar as operações. Este sistema integra avaliação técnica e quantitativa, baseada no conhecimento das forças inimigas. (NATO, 2009)
  - *Surveillance* – é uma observação contínua e sistemática do espaço aéreo, solo e subsolo, locais específicos, pessoas ou objetos, recorrendo ao uso de sistemas visuais, eletromagnéticos, fotográficos ou outros. Este sistema não está orientado para um alvo específico, mas sim providencia alertas sobre inimigo ou ameaça, detetando mudanças na sua atividade. Sistemas aerotransportados ou espaciais, exploram a altitude de voo para detetar atividade inimiga às mais longas distâncias. (NATO, 2009)
  - *Reconnaissance* – complementa a vigilância através de observação visual ou outro método de deteção, para obter informações específicas sobre atividade ou meios inimigos. Também pode fornecer informação meteorológica, hidrológica ou geográfica sobre um determinado local específico. Este tipo de operações é crítico para condução de operações e deve ser difundido em tempo, para a força que irá executar uma determinada missão. (NATO, 2009)
- *Special Air Operations* – é parte integrante das forças de operações especiais. São forças organizadas de uma maneira especial e são constituídas por pessoal cuidadosamente selecionado, que utilizam equipamentos modificados e são treinados para aplicação não convencional, para atingir objetivos operacionais e estratégicos.

O elemento de ligação das operações especiais coordena as *Special Air Operations* que irão apoiar a força de operações especiais. (NATO, 2009)

- *Electronic Warfare (EW)* – o controlo do espectro eletromagnético tem um grande impacto no sucesso das operações militares, uma vez que as forças militares dependem de uma variedade de meios eletrónicos complexos, de alta tecnologia, tanto ofensivos, como defensivos. O armamento moderno e o seu sistema de apoio, englobam tecnologias rádio, radar, infravermelhos, óticas, ultravioletas, eletro-óticas e laser. Os comandantes devem estar preparados para operar sistemas de armas em ambiente eletromagnético intensivo e impeditivo. Estas condições são agravadas por emissões eletromagnéticas intencionais e não intencionais por parte das nossas forças, forças opositoras ou neutras. (NATO, 2009)
- *Air-To-Air Refueling (AAR)* – é uma capacidade essencial que aumenta o alcance, autonomia, capacidade de carga e flexibilidade de todas as aeronaves recetoras. Esta tipologia de operações torna-se especialmente importante quando não existem bases avançadas ou estas estão limitadas ou indisponíveis. A elevada procura de meios AAR, torna crítico o seu empenhamento adequado. AAR potencia as habilidades do poder aéreo para surpreender o inimigo permitindo aproximação indireta e por vários eixos de ataque, para atingir alvos que o inimigo menos espera de serem atacados. As aeronaves de combate e de apoio, recorrendo ao uso de AAR, conseguem aumentar o tempo de voo ou tempo em que se encontram a sobrevoar o objetivo. Aumentar o tempo de voo das aeronaves permite economia de força, uma vez que, serão disponíveis meios, para atingir outros objetivos em vez de empenhar todas as forças para atingir um único. Combustível adicional faz com que as aeronaves de ataque consigam voar mais tempo, criando desvantagem nas forças opositoras. O aumento de raio de ação, permite colocação de bases aéreas fora do alcance das armas inimigas, com isto aumentamos segurança das nossas forças. (NATO, 2009)
- *Combat Search And Rescue (CSAR)* – são operações coordenadas, que usam um procedimento pré-estabelecido para detetar, localizar, identificar e resgatar as tripulações das aeronaves que formam abatidas no território inimigo ou em locais de difícil acesso. Esta tipologia de operações, permita ao comandante preservar a força, aumentar o moral das tripulações das aeronaves que irão para as missões de combate e negar ao inimigo a possibilidade de usar as tripulações capturadas para efetuar propaganda e obter informações sobre as nossas forças. Devido à complexidade destas operações e elevado risco, as unidades de CSAR devem ser bem treinadas,

devem existir informações detalhadas sobre cada missão a executar, comunicações seguras e um planeamento muito cuidado. (NATO, 2002)

- *Search And Rescue* (SAR) – são operações que utilizam aeronaves, viaturas, navios, submarinos, equipas de resgate especializadas e equipamento apropriado, para procurar e resgatar pessoas em perigo, em ambiente terrestre ou marítimo. (NATO, 2009)

Os conceitos CSAR e SAR evoluíram e passaram a integrar a tipologia de operações *Personnel Recovery*.

### 4.3 As operações aéreas no Afeganistão

A reação ao ataque terrorista às Torres Gémeas e Pentágono no dia 11 de setembro de 2001 era bastante complexa, uma vez que, o inimigo era difícil de identificar para que este pudesse ser um alvo. A organização terrorista Al-Qaeda era clandestina e tinha ramificações espalhadas por todo o mundo.

A estratégia inicial dos americanos baseava-se em garantir apoio aéreo próximo à Aliança Norte e atacar os pontos vitais de defesa aérea afegã, conquistando assim superioridade aérea para poder realizar operações subsequentes, que visavam a destruição dos campos de treino de Al-Qaeda e os seus centros de comando e controlo.

Os objetivos estabelecidos pelo escalão superior foram os seguintes:

- Demonstrar à chefia talibã, que apoiar terrorismo tem um preço elevado e é inaceitável;
- Obtenção de informações, para facilitar as operações subsequentes contra os talibãs e Al-Qaeda;
- Criar relações com grupos opositores ao regime talibã e Al-Qaeda;
- Impedir os grupos terroristas de usar o Afeganistão como base de operações.
- Apoiar forças de oposição ao regime talibã, negando a capacidade ofensiva do inimigo;
- Realizar ações de ajuda humanitária aos civis oprimidos pelo regime talibã.

Para realização do ataque inicial, foram utilizadas aeronaves B-1-B e B-52, bem como 25 F-14 e F-18 que estavam a bordo de um porta-aviões e um conjunto de bombardeiros B-2<sup>30</sup>.

Ao longo dos bombardeamentos foi utilizado armamento guiado<sup>31</sup> contra radares de alerta talibã e outro tipo de instalações militares. Também foram utilizados mísseis de grande alcance e bombas não guiadas. Uma vez que, na fase inicial ainda existia ameaça por parte dos talibãs de abater aeronaves, os bombardeiros foram acompanhados por aeronaves de ataque, para detetar e eliminar ameaças no seu percurso. Para efetuar o empastelamento dos radares, foram empenhadas aeronaves de ataque eletrónico.

A finalidade do conjunto dos ataques iniciais era impedir os terroristas de usar território do Afeganistão para realização dos treinos dos seus elementos e reduzir a capacidade militar talibã, para posteriormente realizar operações terrestres. (Bispo, 2013)

Após eliminar o sistema de defesa aérea talibã, foram empregues plataformas mais vulneráveis para realização dos ataques, tais como aeronaves AC-130. Numa fase inicial, os ataques eram dirigidos contra radares e posições de artilharia antiaérea inimiga, posteriormente os alvos foram depósitos de munições e de veículos, edifícios e locais de treino. É de salientar a eficácia com que foram empregues os meios aéreos e a inexistência de resposta por parte do inimigo.

A utilização de munições guiadas, permitiu reduzir drasticamente os níveis de danos colaterais e aumentou exponencialmente a eficácia de cada saída realizada por aeronaves. Com isto, uma aeronave conseguia bombardear eficazmente entre três a quatro alvos por saída, no caso de aeronaves de ataque, enquanto um bombardeiro conseguia atacar aproximadamente seis alvos por saída.

No total das operações aéreas, por parte dos Estados Unidos, foram realizadas 21000 saídas das aeronaves, destruindo cerca de 13000 objetivos terrestres. As aeronaves, que efetuavam bombardeamentos, por vezes necessitavam de reabastecer no ar duas vezes para o cumprimento da missão. A utilização do poder aéreo em conjunto com o sistema de informações, permitiu reduzir o número de civis atingidos durante os ataques aéreos.

---

<sup>30</sup> Ver anexo A.

<sup>31</sup> Em particular o sistema *Joint Direct Attack Munitions*.



É de salientar a importância do sistema de informações na condução das operações. Foram utilizados UAV e aeronaves de reconhecimento, para obter informações precisas sobre o inimigo, permitindo a realização dos ataques pontuais. (Santos, 2011)

## CAPÍTULO 5 RESULTADOS

### 5.1 Generalidades

Nesta fase, serão apresentados os resultados obtidos ao longo da investigação. Uma vez que, o presente TIA tem abraçado a temática do apoio aéreo nas operações de contrassubversão, o conceito, que ao longo dos tempos se transformou em operações de contrainsurgência. Serão analisados os dados recolhidos dos inquiridos por entrevista realizados. Posteriormente, a informação obtida da análise será cruzada com a informação retirada da revisão documental, a fim de completar o panorama geral da investigação.

### 5.2 Resultados dos inquiridos por entrevista

De seguida será apresentado um conjunto de quadros, que irão demonstrar os resultados obtidos das entrevistas.

No que diz respeito a questão número um: *Durante o aprontamento da força teve algum tipo de formação no âmbito de apoio aéreo? Se sim, qual?*

Código do entrevistado <sup>32</sup>	Resposta
<b>E1</b>	Formação, não. (...) O que foi feito, foi uma partilha de conhecimentos por parte das equipas <i>Tactical Air Control Party</i> (TACP), como deve ser efetuado pedido de CAS de emergência. (...) Houve palestras, houve instruções, mas não podemos considerar isso uma formação, mas sim, sensibilização.
<b>E2</b>	Sim, houve formação na área de CAS, mas era muito superficial. O restante tipo de formação no apoio aéreo foi ministrado no próprio teatro de operações do Afeganistão.
<b>E3</b>	Não, não tive. (...) A formação que foi ministrada relativa ao apoio aéreo era mais sensibilização, do que formação propriamente dita.

**Quadro 1 - Respostas à questão nº1**

<sup>32</sup> Ver apêndice B, C, D.

Analisando o quadro acima apresentado, verifica-se que durante o aprontamento da força do Exército Português, não houve formação no âmbito do apoio aéreo. Houve partilha de conhecimentos, com vista a sensibilizar os militares destacados para a missão para o uso do apoio aéreo. Por outro lado, os militares do Exército Polaco, tiveram formação no âmbito do apoio aéreo próximo, completando esta no próprio TO.

Relativamente a questão número dois: *Possuía elementos da Força Aérea integrados na sua equipa? Se sim, qual era a sua função?*

Código do entrevistado	Resposta
<b>E1</b>	Havia uma equipa TACP integrada na força, que tinha a função de efetuar planeamentos e executar operações relacionadas com o apoio aéreo da força. (...)
<b>E2</b>	Não, uma vez que as forças polacas destacam militares dos batalhões operacionais para efetuar cursos <i>Joint Tactical Air Controller</i> (JTAC), num centro específico de formação dos JTAC, que existe na Polónia. Estes militares, após tirarem o curso, ficam colocados lá e em caso de necessidade, são chamados para os batalhões de onde foram destacados, para integrar as forças que vão ser empenhadas.
<b>E3</b>	Os elementos da força aérea que integravam a força principal, faziam parte das equipas TACP. A sua função era acompanhar as patrulhas, que poderiam vir a necessitar do apoio aéreo.

**Quadro 2 - Respostas à questão nº 2**

No caso do Exército Português a força terrestre destacada para a missão, possuía elementos da Força Aérea integrados. Estes elementos faziam parte das equipas TACP cuja função era planear o apoio aéreo da força e acompanhar as patrulhas, que poderiam vir a necessitar do apoio aéreo para efetuar guiamento das aeronaves em caso de contacto. No caso do Exército Polaco isso já não se verifica. Os elementos que compõem as equipas JTAC são oriundos do exército e têm formação num centro específico de JTAC, onde é efetuada a formação dos mesmos e manutenção de qualificação.

No que diz respeito a questão número três: *Nos planeamentos das operações, até que nível participaram os militares da Força Aérea? (Ex: Pelotão, Companhia, Batalhão...)*

Código do entrevistado	Resposta
<b>E1</b>	Até ao nível de companhia. (...) ajudavam o comandante de companhia no planeamento das operações, dando a sua opinião no que toca a apoio aéreo. Ajudavam a escolher os melhores meios para ser empregues em cada situação específica (...)
<b>E2</b>	Até ao nível dos batalhões, uma vez que as forças que iam atuar separadas eram destacadas pelo batalhão e com objetivos pré-planeados. (...)
<b>E3</b>	Normalmente os militares da força aérea participavam nos planeamentos até ao nível de companhia. Os comandantes de pelotão efetuavam o seu planeamento, depois entregavam os itinerários de deslocamento às equipas TACP, que por sua vez com apoio da carta, efetuavam o planeamento da cobertura aérea da força.

**Quadro 3 - Respostas à questão nº 3**

Analisando as respostas obtidas, verifica-se que no caso do Exército Português, os militares da Força Aérea participavam nos planeamentos até ao nível de companhia. Sendo assim, eles ajudavam o comandante de companhia a planear cobertura aérea da força que iria desempenhar uma determinada missão. No Exército Polaco, as forças que iriam atuar separadas eram destacadas pelo batalhão, sendo este responsável pelo planeamento da cobertura aérea da força.

Relativamente a questão número quatro: *Qual é a vantagem de força terrestre, possuir elementos da Força Aérea integrados?*

Código do entrevistado	Resposta
<b>E1</b>	A vantagem é que elementos da força aérea, conhecem perfeitamente os mecanismos da utilização dos meios aéreos, conhecem as características das aeronaves e do armamento. Por

	<p>outro lado, os elementos da força aérea, como eram integrados numa força diferente, que tem próprios procedimentos e próprias táticas de atuação, não estavam bem familiarizados com esses tipos de procedimentos. (...) É vantajoso ter elementos da força aérea integrados no que toca ao apoio aéreo, mas é desvantajoso no que toca a técnicas, táticas e procedimentos da atuação da força, devido a falta de treino conjunto.</p>
<b>E2</b>	<p>Não respondeu. Como já foi referido anteriormente, as forças polacas não integram militares da força aérea, mas sim destacam militares para tirar cursos de JTAC.</p>
<b>E3</b>	<p>Muitas. Em primeiro lugar, a força ficava munida com elementos especializados em apoio aéreo, que fornecia algum conforto, porque em caso de necessidade, existia cobertura aérea. Também retirava parte da carga do comandante da força, que já não precisava de se preocupar com este assunto.</p>

**Quadro 4 - Respostas à questão nº 4**

Integração dos elementos da força aérea é um potenciador do moral. A força possuindo elementos TACP qualificados, que conhecem as propriedades das aeronaves e do armamento que estas possuem, ao efetuar o pedido de apoio aéreo mais facilmente recebe uma resposta afirmativa. Uma vez que, as aeronaves em caso de ausência dos elementos TACP qualificados, só abrem fogo quando o alvo é identificado pelo piloto positivamente como inimigo. Isto torna-se bastante complicado devido a altura de voo. Por outro lado, ao possuir elementos da força aérea, é retirada parte da carga do comandante da força, no que diz respeito ao planeamento da cobertura aérea. Contudo existe falta de treino conjunto, fazendo com que haja descoordenação nas táticas, técnicas e procedimentos, entre elementos da força terrestre e elementos da força aérea em caso de contacto com o inimigo, exigindo assim coordenações prévias para moldar o modo de atuação da força.

No que diz respeito à questão número cinco: *Durante a fase de planeamento das missões/patrolhas alguma vez foi considerado e feito o pedido antecipado de CAS?*

Código do entrevistado	Resposta
<b>E1</b>	Sim, havia missões de CAS planeadas para os locais mais perigosos no itinerário. Era feita uma análise do terreno, através da carta e outros sistemas de reconhecimento, referenciava-se os locais onde o nível da ameaça era maior e elaborava-se um plano para pedido de CAS para estes locais. (...)
<b>E2</b>	Sim, sempre. Havia preocupação por parte de comandante da força planejar CAS para locais críticos onde a força iria passar, assim em caso de necessidade, a resposta por parte da Força Aérea era mais rápida.
<b>E3</b>	CAS não, mas sim <i>Medical Evacuation</i> (MEDEVAC). Algumas das vezes, durante o planeamento, as operações eram adiadas para poder ter MEDEVAC disponível no decorrer da ação.

Quadro 5 - Respostas à questão nº 5

Analisando o quadro acima apresentado, verifica-se que uma das preocupações do comandante da força era identificar os locais mais prováveis de contacto com o inimigo e efetuar planeamento de pedido de CAS. Por outro lado, existia também um planeamento do MEDEVAC, para que em caso de necessidade houvesse aeronaves disponíveis para apoiar a força.

Relativamente à questão número seis: *Durante a sua missão, houve necessidade de emprego de apoio aéreo? Se sim, qual e em que situação?*

Código do entrevistado	Resposta
<b>E1</b>	Sim, houve ameaça à <i>Forward Operating Base</i> FOB onde se encontrava a força, foi efetuado pedido de apoio aéreo, (...) foi destacado um UAV do tipo PREDATOR, que sobrevoava a FOB e em caso de necessidade podia largar armamento sobre a ameaça. O percurso da força de Cabul para Kandahar foi feito todo com cobertura aérea. (...) Houve também necessidade de emprego da guerra eletrónica, para empastelar

	os troços do itinerário para minimizar a ameaça IED. (...) durante o deslocamento a força foi emboscada, foi declarada a força em contacto e foi destacada aeronave para garantir apoio aéreo próximo (...) Uma vez que, a força encontrava-se bastante próximo do inimigo, não houve autorização à largada do armamento, mas sim <i>Show of Force</i> , que consistiu numa passagem baixa da aeronave e lançamento de iluminantes, que permitiu sair da zona de morte às forças em contacto.
<b>E2</b>	Sim. As forças que se encontravam no terreno estavam equipadas com UAV, que efetuava reconhecimento aéreo. Também possuíam UAV do tipo PREDATOR para apoiar a força. Foi feito pedido de MEDEVAC após o incidente com uma das viaturas, que foi destruída pelo IED. Existia também um balão com câmara que sobrevoava a força e fornecia imagens do terreno. Durante os planeamentos eram utilizadas imagens feitas através do reconhecimento aéreo.
<b>E3</b>	Sim houve. MEDEVAC, que foi pedido para apoiar a força num incidente em que houve rebentamento de um IED e tinha morrido um militar. Também houve apoio aéreo na projeção da força e na sua extração dentro do TO, que reduziu o risco de cair numa emboscada ou acionar um IED caso este deslocamento fosse via terrestre.

Quadro 6 - Respostas à questão nº 6

Analisando as respostas dos entrevistados, verifica-se que houve necessidade de uso do apoio aéreo, tanto no caso dos militares do Exército Português, como no caso do militar do Exército Polaco. Houve emprego dos diferentes meios do apoio aéreo. As aeronaves de reconhecimento, forneciam informações que eram úteis nos planeamentos das missões. Os UAV forneciam imagens do terreno, alertando sobre os movimentos de potencial ameaça. Em caso de necessidade, existia no TO UAV do tipo PREDATOR, que possuía armamento e poderia efetuar a largada do mesmo. Durante os deslocamentos da força, por vezes era utilizada guerra eletrónica, para empastelar os IED. Também as forças terrestres dispunham de MEDEVAC, que poderia ser empregue em caso de necessidade.

No que diz respeito a questão número sete: *Na sua opinião, a força estava preparada para usufruir do apoio aéreo? O que deve ser melhorado?*

Código do entrevistado	Resposta
<b>E1</b>	Estava, uma vez que possuía especialistas em apoio aéreo integrados na força, que efetuavam planeamentos de apoio aéreo e coordenavam o emprego dos meios em caso de necessidade.
<b>E2</b>	Sim, a força estava preparada, mas deve haver um melhoramento a nível de comunicações. Também deve existir um treino mais intensivo de comunicações em língua inglesa, uma vez que a terminologia utilizada pela força aérea contém muitas abreviaturas e torna-se bastante complicado compreender as comunicações. Isso provoca atrasos, por vezes em situações críticas, de pedido de apoio aéreo.
<b>E3</b>	Sim. Após a chegada ao TO a força teve um período de adaptação em que eram realizados treinos conjuntos dos procedimentos. O treino que tivemos foi essencial para podermos usufruir deste tipo de recursos.

**Quadro 7 - Respostas à questão nº 7**

Todos os entrevistados responderam que a força estava preparada para usufruir do apoio aéreo. No entanto, deve existir melhoramento a nível de comunicações entre o piloto da aeronave e a força terrestre. Também deve existir uma formação/adaptação no que diz respeito ao uso de terminologia específica, uma vez que para o sucesso das operações e redução do número de baixas, deve existir um sistema de comunicação fluente, que por vezes é dificultado devido à falta de conhecimentos das abreviaturas e terminologia utilizada pelos pilotos por parte dos militares da força terrestre.

Relativamente à questão número oito: *Havia diferenças a nível tático ou procedimental relativo ao uso de apoio aéreo nos diferentes contingentes? Se sim, qual?*



Código do entrevistado	Resposta
<b>E1</b>	Não, uma vez que a força aérea cumpre os STANAG e <i>standarts</i> NATO, sendo assim, os procedimentos são todos iguais nas forças NATO.
<b>E2</b>	Não existiam diferenças, uma vez que a doutrina utilizada nesta tipologia de operação é NATO, o que faz com que todas as forças usem a mesma doutrina.
<b>E3</b>	Não. Uma vez que a doutrina utilizada na força aérea é NATO.

Quadro 8 - Respostas à questão nº 8

Analisando o quadro acima apresentado, verifica-se que não existiam diferenças relativas ao uso de apoio nos diferentes contingentes empenhados no TO Afeganistão. Isto deve-se ao facto de utilização da mesma doutrina aérea por todas as forças da NATO.

No que diz respeito à questão número nove: *O que melhorava na formação dos militares do Exército Português para otimizar o processo de apoio aéreo?*

Código do entrevistado	Resposta
<b>E1</b>	Na minha opinião, nós não temos de melhorar a formação dos nossos militares nesta área. Existe no CPC formação ligada ao apoio aéreo e é neste nível que devemos preocupar-nos com essa questão, uma vez que, o comandante pelotão dispõe do apoio aéreo que foi planeado pelo comandante de companhia. No curso para Oficial Superior, este assunto já é mais pormenorizado. O que deve ser feito, é a integração dos elementos FAC/JTAC da força aérea para treinos conjuntos na força que vão integrar.
<b>E3</b>	Tendo equipas TACP integradas, deveria de existir mais treinos conjuntos, para familiarizar os elementos integrantes com as técnicas, táticas e procedimentos da força que irão integrar.

Quadro 9 - Respostas à questão nº 9

Analisando as respostas dos entrevistados, a formação dos militares do Exército Português é adequada a nível de exigência que é imposto. O que deve ser melhorado é o

treino conjunto dos elementos que irão integrar a força, para padronizar os procedimentos de atuação da mesma.

## CAPÍTULO 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 6.1 Generalidades

Seguidamente irá ser efetuada uma análise dos resultados obtidos ao longo da investigação. Para tal, será utilizado um quadro comparativo, onde serão cruzados os dados obtidos através dos inquéritos por entrevista e revisão documental, bem como a matriz SWOT para analisar o apoio aéreo no TO Afeganistão.

A matriz SWOT, que será utilizada na presente investigação, consiste em análise de ambiente interno, para identificar os pontos fortes e pontos fracos e ambiente externo, para identificar as oportunidades e ameaças. (Kotler, 2001)

### 6.2 Comparação de resultados obtidos

O quadro abaixo representado é fruto do cruzamento de dados obtidos de análise documental e dos inquéritos por entrevistas.

Tipologia do apoio aéreo	Análise documental	E1	E2	E3
Bombardeamento	X			
CAS		X		
ISR	X		X	
UAV	X	X	X	
EW	X	X		
MEDEVAC			X	X
<i>Show of Force</i>		X		
<i>Intra-Theatre Airlift</i>				X
<i>Destruction of enemy air defense</i>	X			
<i>Escort</i>	X			
AAR	X			

Quadro 10 - Cruzamento de dados

Dentro da panóplia de ferramentas do apoio aéreo disponíveis, as apresentadas no quadro acima são as que foram identificadas durante a investigação, como utilizadas no TO do Afeganistão. Numa fase inicial, as ações aéreas ofensivas, destinavam-se à destruição da defesa antiaérea talibã, para realização das ações subsequentes com o mínimo nível possível de ameaça. Posteriormente foram realizadas ações aéreas contra centros de treino terroristas e as suas bases logísticas. Com o desenvolver das operações terrestres o apoio aéreo ficou direcionado para a proteção, sustentação e transporte das forças empenhadas. Em caso de contacto com o inimigo, a força dispunha de aeronaves de combate para efetuar apoio aéreo próximo. Em caso de existência de feridos ou baixas, existiam aeronaves que efetuavam MEDEVAC. Durante todas as ações no TO do Afeganistão é importante referenciar o sistema de informações. Existiam aeronaves de reconhecimento e UAV, que forneciam dados precisos sobre o inimigo, para ajudar os comandantes das forças nos seus planeamentos das operações.

### 6.3 Análise SWOT

Para ter uma visão mais aprofundada do apoio aéreo foi efetuada uma análise SWOT, no sentido de identificar os aspetos positivos e negativos da utilização do mesmo. O quadro abaixo apresentado demonstra os resultados obtidos desta análise. Os pontos fortes e pontos fracos referem-se às características internas das aeronaves, por sua vez, as ameaças e oportunidades se referem ao ambiente externo.

<b>Pontos Fortes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A velocidade das aeronaves e o tempo de resposta em caso de pedido do apoio aéreo;</li> <li>• Altitude de voo em que opera;</li> <li>• Grande flexibilidade no emprego dos meios;</li> <li>• Elevado poder de fogo;</li> <li>• Grande alcance dos meios;</li> <li>• Possibilidade de utilização do armamento “inteligente”;</li> <li>• Elevada capacidade de carga;</li> <li>• No caso de UAV, o operador dos meios pode estar distanciado dos mesmos.</li> </ul>
----------------------	--

<b>Pontos Fracos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevado custo do material;</li> <li>• Necessidade de desenvolvimento tecnológico avançado;</li> <li>• Rápida obsolescência dos meios;</li> <li>• Necessidade de infraestruturas de grandes dimensões;</li> <li>• Elevado consumo de classe III<sup>33</sup> e V<sup>34</sup>.</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É um fator potenciador do moral de forças que apoia;</li> <li>• Capacidade de atuar em terreno impeditivo para forças terrestres;</li> <li>• Redução de danos colaterais;</li> <li>• Ação psicológica nas forças opositoras.</li> </ul>
<b>Ameaças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vulnerabilidade face a defesa antiaérea;</li> <li>• Elevados custos associados ao treino e qualificação dos militares;</li> <li>• No caso de apoio aéreo próximo, necessidade de existência de FAC qualificado, para efetuar guiamento da aeronave;</li> <li>• Condições meteorológicas.</li> </ul>

**Quadro 11 - Análise SWOT**

Segundo a análise SWOT, devemos aproveitar as oportunidades para potenciar os pontos fortes. Assim sendo, a capacidade do apoio aéreo atingir os alvos que se encontram no terreno impeditivo para forças terrestres, potenciada pelo elevado poder de fogo e alta tecnologia utilizada nas aeronaves, garante ao detentor uma elevada capacidade ofensiva, que consegue atingir pontos vitais do inimigo. A utilização do armamento “inteligente”, reduz drasticamente os danos colaterais, diminuindo assim o número de baixas na população civil. O moral elevado da força, que detém cobertura aérea, potenciado com uma rápida capacidade de resposta das aeronaves, aumenta substancialmente o potencial relativo de combate (PRC), uma vez que o moral da força é um elemento multiplicador do PRC.

Por outro lado, devemos reduzir os pontos fracos e minimizar a ameaça. Elevado custo do material e equipamento pode ser colmatado com utilização de UAV, que hoje em dia são capazes efetuar largada de armamento sobre o inimigo e realizar ações de

<sup>33</sup> Classe III – Combustíveis, óleos e lubrificantes. (Exército Português, 2007)

<sup>34</sup> Classe V – Munição de todos os tipos. (Exército Português, 2007)

reconhecimento aéreo. No planeamento das ações aéreas, os alvos prioritários devem ser inicialmente os sistemas de defesa antiaérea e posteriormente outros objetivos, assim torna-se possível minimizar o risco associado a este tipo de ameaça. O País detentor do poder aéreo deve possuir forte base tecnológica, a fim de acompanhar o desenvolvimento dos meios aéreos. O desenvolvimento tecnológico hoje em dia permite efetuar ações aéreas em condições meteorológicas muito adversas, contudo ao efetuar o planeamento das operações o comandante deve ter sempre em conta este fator, para poder usufruir eficazmente do apoio aéreo.

Por outro lado, devemos aproveitar os pontos fortes para reduzir as ameaças. A altitude de voo das aeronaves permite reduzir a possibilidade de deteção e ataque por parte de defesa antiaérea do inimigo. Também o uso de armamento “inteligente”, permite efetuar a sua largada a maiores altitudes, fora do alcance de artilharia antiaérea. A utilização de UAV, reduz o risco de haver baixas dos operadores, diminuindo assim o custo associado à formação de novos quadros, bem como os custos de produção das novas aeronaves em caso de destruição, visto que o preço de produção de um UAV é inferior ao preço de produção de uma aeronave.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Desde os primórdios da História, o ser humano teve necessidade de lutar pela sua sobrevivência, seja em busca dos alimentos ou defesa do seu território. Ao longo dos tempos, esta luta sofreu alterações e começou a ter objetivos diferentes. O desenvolvimento da guerra impulsiona o desenvolvimento tecnológico, para poder obter vantagem sobre o adversário. Mesmo antes do aparecimento do avião, o espaço aéreo era visto como um meio que poderia ser explorado para fins de guerra.

Hoje em dia, o combate não se reduz apenas à componente terrestre. O domínio do espaço aéreo é cada vez mais visto como uma necessidade base para condução de operações, oferecendo ao seu detentor, nítida vantagem sobre o inimigo. O desenvolvimento dos meios utilizados aumenta as possibilidades do emprego do poder aéreo.

Relativamente à primeira pergunta derivada: “*Que missões podem ser desempenhadas pelo apoio aéreo?*”

Verificou-se que existe uma panóplia abrangente de missões possíveis de ser desempenhadas pelo apoio aéreo. Em primeiro lugar, surgem as missões *counter air* que visam garantir um determinado nível de controlo do ar, negando esta possibilidade ao inimigo. O controlo do ar oferece maior liberdade de ação e reduz a possibilidade de sofrer ataques aéreos realizados por parte do adversário. As ações *counter air* são dirigidas contra o poder aéreo inimigo, tendo como alvos prioritários aeródromos, infraestruturas de apoio logístico, centros de comando e controlo aéreo, bem como o sistema de defesa antiaérea da força opositora. Esta tipologia de operações abrange missões de combate aéreo, que visam encontrar e destruir aeronaves hostis. As missões *counter air* podem ser conduzidas dentro ou fora do território nacional, sendo estas *defensive counter air* ou *offensive counter air*, por esta ordem.

Em segundo lugar surgem as missões *air-to-surface*. Esta tipologia de operações destina-se ao apoio da força terrestre ou naval e não ocorre isoladamente. Normalmente as operações *air-to-surface* exigem coordenação com a força que irão apoiar, a fim de evitar fratricídio. Estas operações, dependendo da força que apoiam, naval ou terrestre, subdividem-se em *air power contribution to maritime operations*, quando se trata de apoio à força naval e *air power contribution to land operations*, quando é apoiada a força terrestre. As ações realizadas em apoio à força terrestre visam destruir, desorganizar, retardar ou canalizar o inimigo em contacto com as nossas forças ou realizar ações ofensivas

direcionadas para destruição das forças da retaguarda, bem como perturbar o funcionamento de apoio logístico da força opositora. As missões aéreas referentes ao apoio da força em contacto são denominadas de CAS e necessitam de um FAC certificado e qualificado para efetuar guiamentos das aeronaves. Por outro lado, as missões que têm finalidade de atacar as linhas da retaguarda inimiga, não necessitam de presença de um FAC no terreno e podem ser desencadeadas sem existência de combate terrestre. Esta tipologia de operações aéreas é denominada por AI.

Por fim surgem as *support operations*, cuja missão não visa causar dano ao inimigo, mas sim efetuar apoio logístico das nossas forças e fornecer informações. Esta tipologia de operações aéreas abrange transporte aéreo dentro e fora do TO de pessoal e material. As *support operations* integram operações ISR, que efetuam recolha e triagem de informação, para fins de planeamento e condução de operações. Em caso de existência de baixas ou feridos em combate, existe capacidade de evacuação médica dos mesmos, garantida pelo apoio aéreo. Outra parte integrante desta tipologia de operações é a guerra eletrónica, que tem capacidade de empastelamento dos meios eletromagnéticos da força opositora.

Num ambiente de guerra complexo, o apoio aéreo oferece uma diversidade de meios, que podem ser empregues em caso de necessidade, tanto em combate, como no planeamento das operações.

Focando a nossa atenção na segunda pergunta derivada: ***“Que missões de apoio aéreo foram utilizadas no TO do Afeganistão?”***

Numa fase inicial das operações no TO Afeganistão, foram efetuados ataques aéreos destinados a destruição de pontos vitais da insurgência. Foram bombardeados sistemas de defesa antiaérea Afegã, bem como os seus centros de comando e controlo e as suas bases logísticas. Os ataques à defesa aérea inimiga, são classificados como operações *destruction of enemy air defense*, que estão inseridas dentro de *offensive counter air*, uma vez que são realizadas fora do território nacional.

As aeronaves que realizavam bombardeamentos estavam a ser escoltadas por aeronaves de combate, que garantiam segurança ao longo do seu percurso e em caso de necessidade tinham capacidade de eliminar alvos pontuais que poderiam ameaçar a missão principal. Esta tipologia de operações é denominada por *escort* e está inserida dentro de *offensive counter air*.

Ao longo do percurso houve necessidade de efetuar reabastecimento no ar, que se enquadra na tipologia de operações AAR. Com isto, foi possível aumentar o tempo de voo das aeronaves e surpreender o inimigo.



Com a entrada da força terrestre no TO, o foco de atuação do apoio aéreo mudou no sentido de garantir a segurança da mesma. Foram empregues UAV e aeronaves de reconhecimento na recolha de informação sobre o inimigo. Estas missões de apoio aéreo são classificadas como ISR.

Para garantir a segurança da força nos deslocamentos, existiam aeronaves que sobrevoavam determinadas zonas do TO e estavam prontos a apoiar a força em caso de contacto com inimigo, reduzindo assim o tempo de espera entre o pedido de apoio aéreo próximo e a realização do mesmo. A existência de um FAC qualificado integrado na força, permite efetuar largada do armamento em caso de contacto com o inimigo. Como nestas ações, o inimigo se encontra em proximidade com as nossas forças, esta tipologia de operações pode ser classificada como CAS. Por vezes, o armamento disponível tem um raio de ação superior do que a distância entre as nossas forças e o inimigo, portanto a sua largada pode atingir ambas as forças. Neste caso, pode-se recorrer ao uso de *show of force*, que consiste numa passagem baixa da aeronave para demonstrar a sua presença e intimidar o inimigo.

Para reduzir o risco de contacto com a força opositora, por vezes foi utilizado transporte aéreo dentro do TO, que se enquadra em operações *intra-theatre airlift*. Em caso de impossibilidade de efetuar transporte da força via aérea, foi utilizado empastelamento eletromagnético do itinerário de progressão, com o objetivo de reduzir a ameaça IED. Esta tipologia de operações aéreas está associada a EW. Quando as medidas de segurança falhavam e ocorriam incidentes que provocam feridos ou baixas, existiam aeronaves que garantiam MEDEVAC destes.

A terceira pergunta derivada: ***“Qual é a diferença existente nos procedimentos de pedido de apoio aéreo nos diferentes contingentes?”***

Denota-se que a doutrina utilizada pela força aérea portuguesa é a mesma, que se utiliza nos restantes países da NATO. Existem normas de pedido e execução de apoio aéreo universais, que simplificam o processo de adaptação das forças empenhadas. As aeronaves que desempenhavam missões de apoio aéreo podem ser do País distinto da força em contacto e uma vez utilizada a doutrina NATO o processo fluía sem interrupções devido às diferenças doutrinárias. A padronização das táticas, técnicas e procedimentos facilita o fluxo de informação necessária para execução das missões aéreas, reduzindo assim o tempo de resposta das aeronaves.

As respostas das perguntas derivadas convergem para a resposta da pergunta de partida: ***“Qual é a importância do apoio aéreo nas operações de contrainsurgência no Afeganistão?”***

O TO Afeganistão é caracterizado pela complexidade do ambiente de atuação. O inimigo não usava uniforme específico e era dificilmente referenciável no seio da população. As ações terrestres estavam sujeitas a níveis de ameaça elevados. O terreno montanhoso favorecia os insurgentes na condução das suas ações. Estes não procuravam o confronto direto com as forças da NATO, mas sim atuavam clandestinamente procurando infligir danos e retirar o mais rápido possível do local.

Os bombardeamentos iniciais reduziram a capacidade de combate dos insurgentes, obrigando-os a recuar para as zonas montanhosas. Com isto, foi possível diminuir o nível de ameaça, permitindo a intervenção terrestre mais segura na zona de conflito. É de salientar, que a utilização de sistema *Joint Direct Attack Munitions*, permitiu aumentar a precisão do armamento, diminuindo assim os danos colaterais.

Completando a fase inicial da atuação, o apoio aéreo foi direcionado para a proteção da força. Os equipamentos e as características próprias das aeronaves permitiam recolha de informação do campo de batalha, que se enquadra no sistema de informações, fornecia dados relevantes e precisos para execução de planeamentos das operações e a condução dos mesmos.

O desenvolvimento tecnológico e elevado treino dos operadores dos meios aéreos, permitiu aumentar a autonomia de voo das aeronaves e eficácia de cada missão aérea. Os FAC que efetuavam guiamentos das aeronaves, quando solicitado apoio aéreo, necessitavam de certificação e qualificação NATO. Estas medidas de segurança, reduziram o risco de haver fratricídio, bem como baixas na população civil. A doutrina NATO utilizada na condução das operações aéreas padroniza os procedimentos e facilita o emprego desta ferramenta.

Em caso de ausência das aeronaves disponíveis, era disponibilizado UAV, que permitia a captação de imagem e alertava sobre movimentações suspeitas na zona de atuação da força. Os UAV que possuíam armamento poderiam realizar ações ofensivas quando necessário.

As operações MEDEVAC realizadas por via aérea, reduziam o tempo de resposta e permitiam atingir locais de difícil acesso por via terrestre. Para diminuir o risco associado à deslocamentos terrestres, a força podia recorrer ao uso de transporte aéreo. Também havia possibilidade de emprego de EW, para empastelar o itinerário de deslocamento.

Contudo, os custos de formação e qualificação dos FAC, não permitem ter o número desejado dos mesmos. Outro problema associado aos FAC, é a falta de treino conjunto com a força terrestre que integra. Uma possível solução para este problema é a criação de um centro específico de formação dos FAC, onde os elementos destacados pelos batalhões operacionais, irão obter qualificação e certificação para em caso de empenhamento os elementos destacados regressarem para os batalhões de origem. Assim seria possível colmatar a falta de conhecimentos das táticas, técnicas e procedimentos por parte dos FAC, no modo de atuação da força que integram.

Em suma, o apoio aéreo desempenhou um papel fundamental na condução das operações de contrainsurgência no Afeganistão. A elevada panóplia de meios disponíveis, torna o elemento fulcral, que deve ser empregue nesta tipologia de operações em apoio à força terrestre.

Como limitações de investigação, foram identificados os seguintes aspetos. Em primeiro lugar, existe falta de documentação que relata pormenorizadamente o emprego dos meios aéreos no TO Afeganistão, apresentando apenas uma parte superficial do emprego dos mesmos. Em segundo lugar, existe informação classificada que limita o acesso à mesma. Por último, o limite de páginas do TIA surge como constrangimento para a abrangência da investigação.

Para investigações futuras, seria pertinente explorar a possibilidade de criação de um centro de formação e qualificação dos FAC para militares do Exército, analisando os custos associados e as vantagens provenientes da criação do mesmo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bispo, A. d. (2013). *Da Estratégia Aérea - Uma Abordagem Informal*. Cascais: Príncípia Editora.
- Dicionários Editora. (2011). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- EMFA. (1982). *Manual de doutrina básica da força aérea : MFA 20 - I*. Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior do Exército . (1963). *O exército na guerra subversiva Vol I*. Lisboa: Ministério do Exército.
- Estado-Maior do Exército. (1961). *O Exército na Guerra Subversiva (Vol. 1)*. Lisboa: Ministério do Exército.
- Exército Português. (1987). *RC 130-I Operações (Vol. I)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército Português. (2007). *PDE 4-00: Logística*. Lisboa: Ministério de Defesa Nacional.
- Exército Português. (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Fortin, M. F. (1999). *O Processo de Investigação. Da concepção à Realização*. Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas (3ª ed.)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gilbert, M. (2007). *A primeira guerra mundial (Vol. 1)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- ISAF. (2007). Obtido em 26 de Maio de 2016, de [http://www.nato.int/isaf/placemats\\_archive/2007-01-29-ISAF-Placemat.pdf](http://www.nato.int/isaf/placemats_archive/2007-01-29-ISAF-Placemat.pdf)
- ISAF. (2015). Obtido em 25 de Maio de 2016, de [http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_69366.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm)
- Kotler, P. (2001). *Marketing Management, Millenium Edition*. New Jersey: Pearson Custom Publishing.
- Leandro, G. (1995). *Estratégias da Ação: A guerra classica - A guerra limitada - A guerra subversiva*.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica (5ª ed.)*. São Paulo: Atlas.
- Menezes, A. C. (2012). *Lição Inaugural: Guerra Subversiva e Contrasubversão*. Lisboa: IESM.
- NATO. (1949). Obtido em 25 de Maio de 2016, de [http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_17120.htm?selectedLocale=pt](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt)

- NATO. (2002). *AJP 3.3 - Joint Air and Space Operations Doctrine*. Bruxelas: NATO Standardization Agency.
- NATO. (2003). *IJWP 3-30 Joint Air Operations*. Shrivenham: The Joint Doctrine & Concepts Centre.
- NATO. (2009). *AJP - 3.3(A) Allied Joint Doctrine for Air and Space Operations*. Brussels: Nato Standardization Agency.
- Nato Standardization Agency. (2008). *AAP - 6: Nato Glossary of Terms and Definitions*. NATO.
- Pinto, M. C. (2009). Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão. *Nação e Defesa*, 203-216.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2001). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, J. (2009). “INSURGÊNCIA” OU “SUBVERSÃO”? *CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO E ENQUADRAMENTO ACTUAL*. Lisboa: INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.
- Santos, E. S. (2011). *Poder Aéreo: Sua Evolução e Influência na Estratégia*. Parede: Tribuna da História.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Seth, J. G. (2008). *Counterinsurgency in Afganistan*. Santa Monica: RAND Corporation.
- U.S. GOVERNMENT. (2009). *Counterinsurgency Guide*. Washington: U.S. GOVERNMENT.
- US Department of Defense. (2005). *Dictionary of Military and Associated Terms*. Virginia: USA.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A – Guião da Entrevista a Oficiais do Exército Português**

### **ACADEMIA MILITAR**

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

“Apoio aéreo nas operações de contrassubversão”

### **GUIÃO DE ENTREVISTA**

A entrevista que seguirá, é um instrumento que servirá de apoio à análise científica do Trabalho de Investigação Aplicada com o seguinte tema: “Apoio aéreo nas operações de contrassubversão”. O presente Trabalho de Investigação Aplicada é parte integrante do mestrado em Ciências Militares do curso de Infantaria, da Academia Militar e com esta entrevista pretende-se recolher informação sobre a temática em si, para posterior análise e drenagem da mesma, por forma a obter resultados válidos que possam ser úteis para o trabalho.

A sua participação voluntária nesta entrevista, representa uma ajuda fundamental e uma mais-valia para este trabalho, dada a sua experiência sobre a temática.

**Muito obrigado pela sua colaboração**

**Autor: Aspirante de Infantaria Dzmitry Reuniutsau**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel do Vale Cruz**

**Coorientador: Major/Força Aérea Pedro Miguel Santos de Sousa**

**Lisboa, abril 2016**

## Dados Pessoais

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo / Posto:** \_\_\_\_\_ **Função:** \_\_\_\_\_

**Unidade/local:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_

**Código:** \_\_\_\_\_

**QUESTÃO 1:** Durante o aprontamento da força teve algum tipo de formação no âmbito de apoio aéreo? Se sim, qual?

**QUESTÃO 2:** Possuía elementos da Força Aérea integrados na sua equipa? Se sim, qual era a sua função?

**QUESTÃO 3:** Nos planeamentos das operações, até que nível participaram os militares da Força Aérea? (Ex: Pelotão, Companhia, Batalhão...)

**QUESTÃO 4:** Qual é a vantagem das forças terrestres, possuírem elementos da Força Aérea integrados?

**QUESTÃO 5:** Durante a fase de planeamento das missões/patrolhas alguma vez foi considerado e feito o pedido antecipado de CAS?

**QUESTÃO 6:** Durante a sua missão, houve necessidade de emprego de apoio aéreo? Se sim, qual e em que situação?

**QUESTÃO 7:** Na sua opinião, a força estava preparada para usufruir do apoio aéreo? O que deve ser melhorado?

**QUESTÃO 8:** Havia diferenças a nível tático ou procedimental relativo ao uso de apoio aéreo nos diferentes contingentes? Se sim, qual?



**QUESTÃO 9:** O que melhorava na formação dos militares do Exército Português para otimizar o processo de apoio aéreo?

**Se achar pertinente referir alguma informação que não foi abordada anteriormente, por favor, escreva-a a seguir.**

**Estará disponível para um novo contato?**

**Muito obrigado pela sua colaboração**

## **APÊNDICE B – Entrevista do Tenente-Coronel Cancelinha**

### **Dados Pessoais**

**Nome:** CANCELINHA

**Código:** E1

**Cargo / Posto:** Tenente-Coronel

**Função:** Cmdt Bat Comandos

**Unidade/local:** CTC

**Data:**18/05/2016

**QUESTÃO 1:** Durante o aprontamento da força teve algum tipo de formação no âmbito de apoio aéreo? Se sim, qual?

Formação, não. Porque fazia parte da constituição orgânica da companhia uma equipa TACP, que tinha como responsabilidade de efetuar planeamento e integração do apoio aéreo na manobra. O que foi feito, foi uma partilha de conhecimentos por parte das equipas TACP como deve ser efetuado pedido de CAS de emergência. Com isto, surgia um problema, efetivamente o comandante da unidade de manobra poderia pedir CAS, mas caso não possuísse um FAC qualificado, esse pedido por norma não era aceite. Houve palestras, houve instruções, mas não podemos considerar isso uma formação, mas sim, sensibilização.

**QUESTÃO 2:** Possuía elementos da Força Aérea integrados na sua equipa? Se sim, qual era a sua função?

Havia uma equipa TACP integrada na força, que tinha função de efetuar planeamentos e executar operações relacionadas com apoio aéreo da força. Durante o planeamento das operações e deslocamentos, eram estabelecidos pontos críticos, onde havia mais probabilidade de contacto com o inimigo e para estes pontos críticos existia um planeamento de pedido de apoio aéreo.

**QUESTÃO 3:** Nos planeamentos das operações, até que nível participaram os militares da Força Aérea? (Ex: Pelotão, Companhia, Batalhão...)

Até ao nível de companhia. As equipas TACP oriundas da força aérea, ajudavam o comandante de companhia no planeamento das operações, dando a sua opinião no que toca a apoio aéreo. Ajudavam escolher os melhores meios para ser empregues em cada situação específica, uma vez que possuíam o conhecimento mais abrangente sobre as aeronaves e o

armamento que estas transportavam.

**QUESTÃO 4:** Qual é a vantagem das forças terrestres, possuírem elementos da Força Aérea integrados?

A vantagem é que elementos da força aérea, conhecem perfeitamente os mecanismos da utilização dos meios aéreos, conhecem as características das aeronaves e do armamento. Por outro lado, os elementos da força aérea, como eram integrados numa força diferente, que tem próprios procedimentos e próprias táticas de atuação, não estavam bem familiarizados com esses tipos de procedimentos. Assim sendo, em caso de força entrar em contacto, os elementos integrados, não iam reagir da mesma maneira ao contacto, como a força que integram. Por isso o comandante da força de manobra, tinha responsabilidade acrescida, para coordenar a maneira como iriam atuar os elementos integrados. É vantajoso ter elementos da força aérea integrados no que toca ao apoio aéreo, mas é desvantajoso no que toca a técnicas, táticas e procedimentos da atuação da força, devido à falta de treino conjunto.

**QUESTÃO 5:** Durante a fase de planeamento das missões/patrolhas alguma vez foi considerado e feito o pedido antecipado de CAS?

Sim, havia missões de CAS planeadas para os locais mais perigosos no itinerário. Era feita uma análise do terreno, através da carta e outros sistemas de reconhecimento, referenciando os locais onde o nível da ameaça era maior e elaborava-se um plano para pedido de CAS para estes locais. Durante o deslocamento da força, existia uma aeronave que garantia cobertura, fornecia informações do terreno e em caso de necessidade garantia o apoio da força.

**QUESTÃO 6:** Durante a sua missão, houve necessidade de emprego de apoio aéreo? Se sim, qual e em que situação?

Sim, houve ameaça à FOB onde se encontrava a força, foi efetuado pedido de apoio aéreo, só que como são meios escassos este pedido foi negado, uma vez que não havia aeronaves disponíveis. Sendo assim, foi destacado um UAV do tipo PREDATOR, que sobrevoava a FOB e em caso de necessidade podia largar armamento sobre a ameaça. O percurso da força de Cabul para Kandahar foi feito todo com cobertura aérea. No planeamento das patrulhas, era sempre planeada cobertura aérea, mas nem sempre era atribuída. Houve também necessidade de emprego da guerra eletrónica, para empastelar os troços do itinerário para minimizar a ameaça IED. No deslocamento de Kandahar para Cabul, não houve apoio aéreo atribuído por parte de comandante do TO, mas durante o deslocamento a força foi emboscada, foi declarada a força em contacto e foi destacada aeronave para garantir apoio

aéreo próximo, era um bombardeiro B1, demorou a chegar 6 minutos e transportava uma bomba de 250 libras com o raio de ação 1000 metros. Uma vez que, a força encontrava-se bastante próximo do In, não houve autorização a largada do armamento, mas sim *Show of Force*, que consistiu numa passagem baixa da aeronave e lançamento de iluminantes, que permitiu sair da zona de morte as forças em contacto.

**QUESTÃO 7:** Na sua opinião, a força estava preparada para usufruir do apoio aéreo? O que deve ser melhorado?

Estava, uma vez que possuía especialistas em apoio aéreo integrados na força, que efetuavam planeamentos de apoio aéreo e coordenavam o emprego dos meios em caso de necessidade.

**QUESTÃO 8:** Havia diferenças a nível tático ou procedimental relativo ao uso de apoio aéreo nos diferentes contingentes? Se sim, qual?

Não, uma vez que a força aérea cumpre os STANG e *standarts* NATO, sendo assim, os procedimentos são todos iguais nas forças NATO.

**QUESTÃO 9:** O que melhorava na formação dos militares do exército português para otimizar o processo de apoio aéreo?

Na minha opinião, nos não temos de melhorar a formação dos nossos militares nesta área. Existe no CPC formação ligada ao apoio aéreo e é neste nível que devemos preocupar nos com essa questão, uma vez que, o comandante pelotão dispõe do apoio aéreo que foi planeado pelo comandante de companhia. No curso para Oficial Superior, este assunto já é mais pormenorizado. O que deve ser feito, é integração dos elementos FAC/JTAC da força aérea para treinos conjuntos na força que vão integrar.

## APÊNDICE C – Entrevista do Capitão Halot

### ID

**Name:** HALOT

**Code:** E2

**Rank:** Capitão

**Function:** Professor de Operações de Apoio a Paz na academia militar polaca.

**Country:** Polónia

**Date:** 20/05/2016

**Question 1:** During the preparation phase did you have some kind of training in air support?  
If so, wich one?

Sim, houve formação na área de CAS, mas era muito superficial. O restante tipo de formação no apoio aéreo foi ministrado no próprio teatro de operações de Afeganistão.

**Question 2:** It had elements of the Air Force integrated into your team? If so, what was their role?

Não, uma vez que as forças polacas destacam militares dos batalhões operacionais para efetuar cursos JTAC, num centro específico de formação dos JTAC, que existe na Polónia. Estes militares, após tirarem o curso, ficam colocados lá e em caso de necessidade, são chamados para os batalhões de onde foram destacados, para integrar as forças que vão ser empenhadas.

**Question 3:** During operations planning phase until which level TACP team was involved?  
(Ex: Platoon, Company, Battalion ... )

Até o nível dos batalhões, uma vez que as forças que iam atuar separadas eram destacadas pelo batalhão e com objetivos pré-planeados. Contudo, sempre que uma força era destacada, havia um JTAC integrado na força, ou em caso de ausência do mesmo, havia um JTAC que se encontrava na Tactical Operation Center (TOC), que em caso de necessidade de apoio aéreo, coordenava as operações através das câmaras dos aviões, permitindo assim a força, mesmo não tendo um JTAC integrado, usufruir do apoio aéreo.

**Question 4:** What is the advantage of ground forces, has elements of the Air Force integrated?

Não respondeu. Como já foi referido anteriormente, as forças polonesas não integram militares da força aérea, mas sim destacam militares para tirar cursos de JTAC.

**Question 5:** During the planning phase of missions/patrols has been considered and made CAS?

Sim, sempre. Havia preocupação por parte de comandante da força planejar CAS para locais críticos onde a força iria passar, assim em caso de necessidade, a resposta por parte da Força Aérea era mais rápida.

**Question 6:** During your mission, did you use any kind of air support? If so, what and in which situation?

Sim. As forças que se encontravam no terreno estavam equipadas com UAV, que efectuava reconhecimento aéreo. Também possuíam UAV do tipo Predator para apoiar a força. Foi feito pedido de MEDEVAC após o incidente com uma das viaturas, que foi destruída pelo IED. Existia também um balão com câmara que sobrevoava a força e fornecia imagens do terreno. Durante os planeamentos eram utilizadas imagens feitas através do reconhecimento aéreo.

**Question 7:** In your opinion, the force was prepared to take advantage of air support? What should be improved?

Sim, a força estava preparada, mas deve haver um melhoramento a nível de comunicações. Também deve existir um treino mais intensivo de comunicações em língua inglesa, uma vez que a terminologia utilizada pela força aérea contém muitas abreviaturas e torna-se bastante complicado compreender as comunicações. Isso provoca atrasos, por vezes em situações críticas, de pedido de apoio aéreo.

**Question 8:** There were differences in tactical or procedural level for the use of air support in the different contingents? If so, which one?

Não existia diferenças, uma vez que a doutrina utilizada nesta tipologia de operação é NATO, o que faz com que todas as forças usem a mesma doutrina.

## **APÊNDICE D – Entrevista do Major Mariano**

### **Dados Pessoais**

**Nome:** MARIANO

**Código:** E3

**Cargo / Posto:** Major

**Função:** Professor na Academia Militar

**Unidade/local:** AM

**Data:**19/05/2016

**QUESTÃO 1:** Durante o aprontamento da força teve algum tipo de formação no âmbito de apoio aéreo? Se sim, qual?

Não, não tive. A força que estava no TO possuía elementos da força aérea especializados no apoio aéreo, que eram os FAC. A formação que foi ministrada relativa ao apoio aéreo era mais sensibilização, do que formação propriamente dita.

**QUESTÃO 2:** Possuía elementos da Força Aérea integrados na sua equipa? Se sim, qual era a sua função?

Os elementos da força aérea que integravam a força principal, faziam parte das equipas TACP. A sua função era acompanhar as patrulhas, que poderiam vir necessitar do apoio aéreo.

**QUESTÃO 3:** Nos planeamentos das operações, até que nível participaram os militares da Força Aérea? (Ex: Pelotão, Companhia, Batalhão...)

Normalmente os militares da força aérea participavam nos planeamentos até ao nível de companhia. Os comandantes pelotão efetuavam o seu planeamento, depois entregavam os itinerários de deslocamento às equipas TACP, que por sua vez com apoio da carta, efetuavam o planeamento da cobertura aérea da força.

**QUESTÃO 4:** Qual é a vantagem de força terrestres, possuir elementos da Força Aérea integrados?

Muitas. Em primeiro lugar, a força ficava munida com elementos especializados em apoio aéreo, que fornecia algum conforto, porque em caso de necessidade, existia cobertura aérea. Também retirava parte da carga do comandante da força, que já não precisava de se preocupar com este assunto.

**QUESTÃO 5:** Durante a fase de planeamento das missões/patrolhas alguma vez foi considerado e feito o pedido antecipado de CAS?

CAS não, mas sim MEDEVAC. Algumas das vezes, durante o planeamento, as operações eram adiadas para poder ter MEDEVAC disponível no decorrer da ação.

**QUESTÃO 6:** Durante a sua missão, houve necessidade de emprego de apoio aéreo? Se sim, qual e em que situação?

Sim houve. MEDEVAC, que foi pedido para apoiar a força num incidente em que houve rebentamento de um IED e tinha morrido um militar. Também houve apoio aéreo na projeção da força e na sua extração dentro do TO, que reduziu o risco de cair numa emboscada ou acionar um IED caso este deslocamento fosse via terrestre.

**QUESTÃO 7:** Na sua opinião, a força estava preparada para usufruir do apoio aéreo? O que deve ser melhorado?

Sim. Após a chegada ao TO a força teve um período de adaptação em que eram realizados treinos conjuntos dos procedimentos. O treino que tivemos foi essencial para podermos usufruir deste tipo de recursos.

**QUESTÃO 8:** Havia diferenças a nível tático ou procedimental relativo ao uso de apoio aéreo nos diferentes contingentes? Se sim, qual?

Não. Uma vez que a doutrina utilizada na força aérea é NATO.

**QUESTÃO 9:** O que melhorava na formação dos militares do exército português para otimizar o processo de apoio aéreo?

Tendo equipas TACP integrados, deveria de existir mais treinos conjuntos, para familiarizar os elementos integrantes com as técnicas, táticas e procedimentos da força que irão integrar.



## **ANEXOS**

## **ANEXO A – Aeronaves utilizadas nas operações aéreas no TO Afeganistão**



**Figura nº4 - B-1-B**

**Fonte: U.S. Air Force, 2016.**



**Figura nº 5 - B 52**

**Fonte: U.S. Air Force, 2016.**



**Figura nº 6 - F-14**

**Fonte: NASA, 2016.**



**Figura nº 7 – F-18**

**Fonte: NASA, 2016.**





**Figura nº 8 - B-2**

**Fonte: U.S. Air Force, 2016.**



**Figura nº 9- AC-130**

**Fonte: U.S. Air Force, 2016.**